



O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Educação, atendendo ao Requerimento nº 441, de 2018, de minha autoria, para debater sobre os problemas enfrentados pelo Museu Nacional e as perspectivas para o futuro.

Convido para compor a Mesa o Sr. Alexander Kellner, Diretor do Museu Nacional; o Sr. Isaac Roitman, representante da Academia Brasileira de Ciência — ABC (*palmas*); o Sr. Roberto Leher, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (*palmas*); o Sr. Luiz Fernando Duarte, Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional (*palmas*); e a Sra. Cláudia Pedrozo, Ministra Interina do Ministério da Cultura — MINC. (*Palmas.*)

O Sr. Henrique Sartori, Secretário Executivo do Ministério da Educação — MEC, informou há pouco que não poderá comparecer a esta audiência, em razão de reuniões de emergência convocadas no Ministério, mas se colocou à disposição para conversar conosco sobre as conclusões desta reunião.

Informo que esta audiência é interativa. Há uma sala aberta para que os internautas enviem suas perguntas na página da Comissão de Educação.

Antes de passar a palavra aos convidados, informo que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito a todos que forem usar a palavra que falem ao microfone.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: cada expositor terá o prazo de 15 minutos para a sua exposição, não podendo ser apartado. Nós avisaremos quando o tempo chegar a 15 minutos e estenderemos o prazo até os 20 minutos, para cada um dos expositores que julgar necessário.

O debate será aberto ao final da última palestra, e as perguntas deverão se restringir ao assunto da exposição.

Informo aos Parlamentares que a lista de inscrição para o debate se encontra na nossa mesa de apoio. Solicito aos Deputados interessados em interpelar os palestrantes que se inscrevam previamente.

Quero agradecer a presença aos Deputados que estão conosco e a todos os que estão participando do debate.

A Deputada Raquel Muniz, que se encontra aqui, já está inscrita, assim como o Deputado Glauber Braga e outros Deputados.



Nós vamos começar esta audiência cedendo a palavra ao Sr. Alexander Kellner, Diretor do Museu Nacional.

O SR. ALEXANDER KELLNER - Eu gostaria de iniciar agradecendo a presença de todos.

Eu acho que este é um momento muito importante tanto para a cultura quanto para a ciência do nosso País, pois é o momento em que vamos discutir iniciativas que estão diretamente relacionadas à reconstrução daquela que é a reconstrução daquela que é a instituição científica mais antiga do Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou falar de pé mesmo, professor tem essa mania. Nós sempre nos levantamos e procuramos falar de uma forma bem próxima às pessoas que nos ouvem.

Na realidade, quando nós tivemos essa ideia, uma ideia já antiga, desde o início da nossa gestão, que começou em fevereiro deste ano, procuramos alguns Parlamentares e tivemos a acolhida do Deputado Celso Pansera para que pudéssemos dar lugar aqui a um momento de comemoração. Era um momento em que a instituição científica mais antiga do País comemorava 200 anos. Isso não é algo trivial, sobretudo se levarmos em conta o fato de que o nosso País é muito jovem. Ter uma instituição que consiga sobreviver por 200 anos como uma categoria de museu é algo que realmente deve ser enaltecido. Infelizmente não podemos levar a conversa que estamos tendo com a sociedade da forma como queríamos. Nós temos que conversar sobre o que envolve a reconstrução dessa instituição.

O Museu Nacional — falo agora a quem não o conhece, e acredito que são poucos — está localizado no parque da Quinta da Boa Vista, um parque bastante aprazível, na Zona Norte do Rio de Janeiro, que tem tudo a ver com questões relacionadas à inclusão social.

É muito importante salientar que o único museu que muitos brasileiros conhecem é o Museu Nacional. Dentro desse contexto, a nossa instituição difere da maioria dos museus e até mesmo da noção que a maioria das pessoas tem sobre museu. Nós não somos apenas uma instituição sem fins lucrativos, nós não temos apenas acervos e exposições. Um ponto extremamente importante do Museu Nacional é a sua pesquisa, que, aliás, é a nossa garantia de que haverá uma reconstrução em tempo rápido.



Pesquisadores precisam de material, pesquisadores também precisam de alunos. Dentro desse contexto, esses alunos, quando fazem suas pesquisas, sobretudo a respeito de história natural, necessitam de acervo, e é esse acervo que vai ser utilizado para a recomposição daquilo que foi perdido na nossa instituição.

Esse fator de formação de recursos humanos é extremamente importante. Por isso, nós temos inclusive, vamos dizer assim, uma influência pelo País quando se fala em termos de história natural e antropologia. São os nossos alunos que muitas vezes nucleiam centros de pesquisa em outros Estados brasileiros.

Basicamente a missão do museu resume-se, de uma forma bem simples, em descobrir, interpretar e difundir o conhecimento do mundo natural e das culturas humanas através da pesquisa, da formação de recursos humanos e da educação científica. Nós estamos revendo o nosso regimento. Trata-se de algo um pouco mais longo, mas, em síntese, é isso o que nós fazemos.

Nós estamos vinculados à Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1946. No organograma da universidade, nós estamos vinculados ao Fórum de Ciência e Cultura.

Talvez seja este o único comentário mais polêmico, vamos dizer assim, que posso fazer: nós precisamos repensar a nossa posição dentro do organograma da universidade, por mais penoso, por mais doloroso que isso seja. Nós estamos muito afastados da Reitoria.

Cabe um parêntese: nós nunca tivemos, pelo menos ao longo da história que eu conheço do museu — estou lá há 21 anos —, uma reitoria que estivesse tão próxima ao Museu Nacional.

Dentro desse contexto, nós fizemos as nossas comemorações do bicentenário em 6 de junho de 2018, quando organizamos uma festa muito bonita. Vários que estou vendo aqui estiveram lá presentes. Aquele foi um momento especial para a instituição. Foi um momento em que ressaltamos essa vertente que temos da nossa história.

Quando o diretor ensaiava o seu discurso — as pessoas já estavam se preparando para olhar seus celulares e descansar um pouco —, entraram quatro atores no palco, representando D. João VI, D. Carlota, D. Maria e a nossa Sereníssima Leopoldina. Pareceu que essas pessoas tinham saído de 1818 e vindo para 2018, para que pudéssemos contar a elas tudo aquilo que ocorreu no nosso País e na nossa instituição.



Vejam esse enorme potencial que tem a instituição Museu Nacional, que está diretamente relacionado não só a questões educativas mas também à história do nosso País.

Nós não podemos deixar de mencionar um momento de muita alegria, como aquele em que fomos eleitos pela Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense para ser o tema de seu enredo deste ano. Foi um momento fantástico. Fizemos inclusive diversas ações para os integrantes das escolas e seus familiares.

É importante que tenham em mente também este ponto: para a maioria daquelas pessoas, era a primeira vez que visitavam um museu. Então, essa influência, essa responsabilidade da nossa instituição é algo que nos é bastante caro.

O Museu Nacional tem absolutamente tudo a ver com a história do nosso País. Nesta imagem vemos D. João VI, os nossos dois imperadores, D. Pedro I e D. Pedro II — D. Pedro II foi muito importante para o desenvolvimento científico da nossa Nação —, estas duas mulheres fantásticas, que sempre gosto de destacar, a Exma. Sra. Leopoldina, que tanta influência teve na nossa emancipação, e a Princesa Isabel, que assinou, entre outros atos, a Lei Áurea.

Vejam que tudo o que está vinculado a esse palácio tem a ver com a história do nosso País, sem contar que foi ali que se deu o primeiro Plenário da primeira Assembleia Constituinte da República. Então, a gênese do nosso País tal qual o conhecemos ocorreu naquele palácio, que, no ano seguinte, em 1892, tornou-se a sede do Museu Nacional.

Mas veio então o dia 2 de setembro de 2018, e tudo mudou. Não há como não se indignar com o que ocorreu na nossa instituição. Essa indignação transcendeu fronteiras. Colegas de diversos países, de diversas nações manifestaram a sua apreensão com o que ocorreu no Museu Nacional. Destroços, ferros retorcidos, partes queimadas, este é o retrato de plena e inimaginável destruição. Não há como não pensar como isso foi possível.

Dentro desse contexto, nós, logo no início da nova gestão, reabrimos o antigo Gabinete dos Diretores, que era justamente o local onde os imperadores tinham o seu dormitório.

Esta foto ilustra muito bem o que era o Museu Nacional. Ele tinha problemas, mas tinha também muita grandeza. Nós convidávamos as pessoas a visitarem aquela



instituição para mostrarmos também exatamente isto, a grandeza, com os seus problemas, buscando soluções para que pudéssemos resolvê-los o quanto antes.

Um dos pontos que não temos como não mencionar, ainda mais num momento como este, é o das questões relacionadas aos recursos para a ciência, que vêm minguando bastante nos últimos anos. Naturalmente, o que sobra para instituições do tipo museu — não só o Museu Nacional foi afetado com isso ao longo dos anos — é pouco, é muito pouco.

Apresento esta imagem apenas para que tenham uma noção dos recursos que recebemos, conforme o SIAFI, para gastos com a manutenção geral do museu, não para os relativos a coisas pesadas. Eu vou falar sobre isso já, já. Esse valor variou entre 500 mil e 350 mil reais, aproximadamente, ao longo dos últimos 5 anos.

Qual é o custo de um museu de história natural? Qual é o custo do Museu Nacional? Nós estimamos, até pela situação que estamos vivendo, que o custo ideal, não muito inflado, por ano, gira em torno de 13 milhões de reais. Nós obtemos um pouco mais de 6 milhões.

Como isso é dividido? Para serviços, de uma forma geral, estimamos que precisamos de um valor em torno de 6 milhões, mas recebemos perto de 3 milhões de reais. O serviço 24 horas de brigadistas de incêndio, assunto que foi levantado em tantos momentos, custa anualmente, mantendo-se quatro pessoas por turno, cerca de 1 milhão e 100 mil reais, o que é mais do que o dobro do que temos disponível para manutenção geral. Temos gastos também com vigilância, vigias, segurança, e assim por diante.

Nós também temos itens de manutenção diretamente vinculados ao prédio, como rede elétrica, ar-condicionado. Estimamos que seria necessário algo em torno de 6 milhões e meio para o museu continuar desempenhando essas funções.

Para pesquisa, nós estimamos, de uma forma bem simplificada, algo em torno de 500 mil reais. Nessa estimativa não estão vinculados os projetos dos pesquisadores, como também o que recebemos por intermédio da própria UFRJ relativamente a diárias, passagens para motoristas e pesquisadores, a fim de que desempenhem sua função.

Mostro isso apenas para que tenham uma noção geral de quanto custaria o Museu Nacional.

Agora vamos fazer um paralelo com o museu que seria praticamente um irmão nosso, e bem mais novo que o nosso, que é o Museu Americano de História Natural.



Esses dados são públicos. Qualquer pessoa pode acessá-los. Apenas para que tenham uma ideia, aqueles custos relativos à manutenção e os custos operacionais básicos que aqui apresentei giram em torno de 32 milhões de dólares. O custo operacional total de um museu do porte do Museu Americano de História Natural é da ordem de 160 milhões de dólares. No nosso caso, em relação a essa parte de manutenção, segurança e coisas afins — deixo claro que não estamos falando de salários, de nada disso —, nós precisaríamos de 3,7 milhões, aproximadamente, e o que temos hoje está em torno de 1,8 milhão.

O que sobrou dessa tragédia toda? Por incrível de pareça, algo de bom vem. Na esteira da tragédia do Museu Nacional, o que foi chamado de fator Museu Nacional, nós soubemos que o BNDES possibilitou, através de edital, que outras instituições pensassem em como proteger efetivamente os seus acervos.

Ademais, o próprio Museu Nacional, graças a um trabalho incansável de diversos de seus pesquisadores e, sobretudo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por intermédio da atual administração, conseguiu 21,7 milhões de reais. Esse dinheiro será empregado na instituição em diferentes projetos.

Nós conseguimos, com a sensibilidade do MEC, algo em torno de 9 milhões, que estão destinados ao escoramento do prédio, o que nos possibilita dar segurança para futuras atividades de resgate do material que ainda se encontra nos escombros. Ainda existe material a ser retirado.

Cabe a nós agora, como instituição, pensar e nos atualizar. Apesar de termos perdido parte do nosso acervo, não perdemos a nossa possibilidade de criar conhecimento. Nós fazemos isso através dos nossos programas de pós-graduação. Temos vários nas mais diferentes áreas do saber, alguns com destaque especial. O ponto é sempre este: nós temos o principal de que um museu necessita, a capacidade de criar conhecimento.

Dentro desse contexto e dessa discussão toda que temos feito, desde o início e em várias gestões anteriores, a ideia é retirar todo o acervo e toda a administração do palácio e mudá-los para prédios anexos.

Felizmente fizemos isso. Temos alguns prédios anexos, como, por exemplo, o prédio da biblioteca, o prédio da botânica, o prédio do Departamento de Vertebrados, algumas pequenas edificações do Departamento de Invertebrados. Isso significa dizer de



forma clara que nem tudo foi perdido! Nós continuamos um grande museu de história natural. Um grande museu de história natural!

Nós também pleiteamos e, graças ao auxílio de alguns Deputados e de diversos atores tanto do Governo como da própria universidade, estamos muito perto de conseguir o terreno que vemos nesta imagem, terreno que representaria literalmente uma nova vida para a nossa instituição. Nesse terreno, que fica perto do Horto Botânico, que também pertence ao Museu Nacional, nós pretendemos instalar os novos laboratórios e fazer aquilo com que sempre sonhamos, que é retirar qualquer acervo restante e disponibilizá-lo nessa nova locação. Esse terreno está hoje praticamente vazio. Não existe nada em termos históricos com que tenhamos de nos preocupar, a não ser com o fato de ele ter sido das antigas cavalariças.

Outro ponto com o qual nos preocupamos muito é o da nossa função em termos de educação. O Museu Nacional recebia, anualmente, algo em torno de 600 escolas, 20 mil a 25 mil alunos, que estão hoje órfãos de museus, particularmente do Museu Nacional.

A nossa atividade em relação a essas crianças é algo que nos move. Por isso estamos aqui participando desta discussão, a fim de tentar fazer o quanto antes a restauração do palácio. Trata-se talvez de fazer também, nesse ínterim, no caso dessa próxima edificação, um prédio onde possamos, ainda que temporariamente, voltar a receber as nossas escolas, um prédio moderno, simples, mas que faça com que as crianças do nosso País possam voltar a ter um museu de história natural.

Agora, o ponto maior que nós não podemos deixar de considerar! Desculpem-me a ênfase, mas não podemos deixar de fazer isso. O que aconteceu no Museu Nacional foi péssimo para o nosso País! Foi considerado péssimo, inclusive fora do Brasil! Por outro lado, existem várias instituições interessadas em nos ajudar, como o Smithsonian, o American Museum of Natural History, museus do Japão, museus da China, museus da Argentina. Museus de vários lugares do mundo já estão nos oferecendo inclusive acervo, um novo acervo para recompor aquilo que perdemos.

Porém, nós não temos como fazer um *by-pass* quanto ao que o Brasil precisa fazer para merecer esse novo acervo. Precisamos oferecer condições adequadas de segurança para as pessoas — isso envolve visitantes e técnicos — e para o novo acervo que venhamos a expor na nossa instituição.



Nesse sentido, nós temos um planejamento que foi elaborado com o auxílio de diversas pessoas, em especial — sempre faço esse destaque — da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Numa primeira fase, nós gostaríamos de restaurar esta parte histórica. Esta parte histórica é extremamente importante para nós. É a parte onde queremos recompor, na medida do possível — na medida do possível —, as salas que pertenciam ao Império. Isso, naturalmente, será analisado inclusive com outros atores, como a UNESCO, que está nos ajudando, o IBRAM, que está nos ajudando, o IPHAN e diversas outras instituições.

Uma segunda fase será a recomposição de uma parte que fica atrás desta fachada histórica e que envolve uma área que, para nós, é muito nobre. Ela tem uma escadaria. Quem conhece o museu vê aquela escadaria. Nós vamos manter aquela escadaria e vamos inclusive pensar a respeito de como poderemos fazer com que toda essa instituição seja mais acessível.

Aqui estão indicadas a Fase 3 e a Fase 4. A Fase 2, a Fase 3 e a Fase 4 não estão orçadas ainda. Esperamos, com o que conseguirmos na Fase 1, fazer os projetos para as demais fases.

Nesse sentido, eu gostaria de agradecer publicamente à bancada do Rio de Janeiro, que está sensibilizada quanto a essa situação que estamos vivendo e já está sinalizando um aporte substancial de recursos.

No mais, estamos continuando nossas atividades, que envolve também resgate de material. Deixo claro que o resgate propriamente dito não se iniciou, mas, à medida que o prédio vai sendo escorado, material vai sendo encontrado, e esse material é então retirado do palácio. Luzia é apenas mais um dos exemplares que já conseguimos resgatar.

Fazemos também outras iniciativas, mesmo no parque da Quinta da Boa Vista, onde crianças conseguem observar diferentes partes do acervo que ainda temos. Recebemos inúmeras cartas de crianças que querem o Museu Nacional de volta.

A visibilidade do museu no exterior é bem grande. Várias instituições estão se propondo a fazer doações, como a que foi aprovada em reunião de Geoparks, conforme nos mostra esta imagem.

Finalizo com uma pergunta, sobre a qual realmente temos que pensar: por que o nosso País não pode ter um museu de história natural de qualidade?



Perdoem-me, mas por que tudo tem que ser tão difícil em nosso País?

Em relação a isso, vamos apresentar outro ponto: um museu que não dialoga com a sociedade está condenado à extinção. Uma sociedade que não valoriza e não investe em suas instituições de tipo museu já está, pelo menos em parte, culturalmente extinta.

Isto é fundamental, senhores, absolutamente fundamental: ciência não tem partido! Sem ciência não há futuro! E o Museu Nacional faz parte disso.

Assim eu termino a minha apresentação. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Diretor Alexander Kellner.

Quero registrar a presença do querido professor e Deputado Chico Alencar.

Concedo a palavra ao Sr. Isaac Roitman, representante da Academia Brasileira de Ciências, que dispõe de 20 minutos.

O SR. ISAAC ROITMAN - Boa tarde a todas e a todos.

Eu queria cumprimentar o Deputado Celso Pansera, que é autor do requerimento que originou esta audiência e presidente deste evento. Gostaria de apresentar publicamente os agradecimentos dos pesquisadores brasileiros ao Deputado Celso Pansera, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, pelo esforço diário em defesa da ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

Estou aqui representando a Academia Brasileira de Ciências.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Academia Brasileira de Ciências é uma instituição centenária, mas não é tão antiga como o Museu Nacional. Ela foi criada em 1916, e recebeu o nome de academia em 1921. O seu objetivo é impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico no País. Ela é dividida em áreas de estudos, nas várias dimensões das pesquisas, e tem uma atuação muito grande e uma história muito bonita na defesa da ciência e tecnologia no Brasil.

Eu vou apresentar inicialmente quatro fotos. Esta é uma do Museu Nacional antes da catástrofe, da tragédia. Esta mostra a cena que tivemos a tristeza de assistir. Esta foto mostra como está o museu hoje, com as paredes intactas, mas com o interior completamente destruído. Esta nos indica que recebemos um alerta em 2015, mostra o incêndio no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. Não aprendemos essa lição.



Eu gostaria de apresentar uma breve história do Museu Nacional, que, como disse o nosso Diretor do Museu, é a mais antiga instituição científica do Brasil, começou em 1892. O Museu Nacional abrigava um vasto acervo, com mais de 20 milhões de itens, englobando alguns dos mais relevantes registros da memória brasileira no campo das ciências naturais e antropológicas. Na área de ensino, oferecia cursos de extensão e pós-graduação, além de realizar exposições temporárias e atividades educacionais voltadas ao público em geral. Como mencionou o Dr. Alexandre, no museu temos uma intensa atividade de pesquisa. Desde 1946, o museu está vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Estas são algumas imagens de itens do acervo do Museu Nacional. A primeira foto mostra um meteorito. A segunda foto, uma libélula petrificada. Mostra-se, na sequência, o esqueleto de um dinossauro, uma múmia referente à teologia egípcia, o crânio da Luzia e um elemento da arte indígena. São peças que, infelizmente, em sua maioria, foram reduzidas a pó.

Sobre a tragédia do dia 2 de setembro de 2018, quais seriam os antecedentes? Primeiro, a não valorização da cultura e da pesquisa científica no Brasil. Estamos longe desse reconhecimento, dessa valorização entre nós.

O segundo ponto é a cultura de não prevenção no Brasil. Ainda temos essa cultura. Eu trabalhei fazendo pesquisa em outros países: nos Estados Unidos, em Israel, na Inglaterra. Comumente eram feitos ensaios, eram acionados alarmes de incêndio — não sabíamos se era algo ou não real —, para treinamento das equipes, dos brigadistas, dos orientadores. Media-se o tempo de evasão das pessoas. Eu trabalho há quase 50 anos em pesquisa no Brasil, e nunca tive uma experiência como essa. Nós precisamos inculcar essa cultura de prevenção.

Outro antecedente é a crise financeira das universidades brasileiras. Nós temos uma realidade triste: cada vez mais diminuem as verbas para as universidades brasileiras, o que atinge todas as dimensões da universidade, ensino, pesquisa e extensão.

Também podemos citar como antecedente a infraestrutura deficiente de combate a incêndios. No caso do Museu Nacional, os hidrantes não funcionaram. Eles tinham que funcionar e ser testados a cada 5 minutos.

Qual é o futuro do Museu Nacional? O que podemos pensar em relação ao futuro? Quais seriam as prioridades?



Na minha opinião, na opinião da Academia Brasileira de Ciências, o primeiro ato seria a liberação imediata e emergencial de 56 milhões de reais. Isso é absolutamente fundamental para aquele planejamento que o Dr. Alexander nos relatou há poucos minutos.

Também temos que fazer — e isto está nos planos do museu — a retomada das atividades no âmbito da cultura, da educação básica, do ensino, da pesquisa e extensão. Há um clamor das crianças para que a gente retome essas atividades.

Outro ponto importante é que o museu tenha uma dotação orçamentária compatível com o crescimento e manutenção. Isso é responsabilidade de todos nós, do Executivo e do Legislativo.

Também seria adequado termos um aperfeiçoamento da legislação em prol dos museus, de modo que se pudesse, por exemplo, aplicar a Lei Rouanet para suporte dos museus.

Outro ponto importante, também citado pelo Dr. Alexander, é a cooperação internacional. Isso é extremamente importante. Eu estava pensando: na tragédia, temos a solidariedade dos museus de outros países. Se há essa solidariedade, nem tudo está perdido.

Outro ponto importante é que tenhamos a valorização da ciência, tecnologia e inovação e encaremos a museologia como uma ciência.

Para terminar, eu gostaria de ler dois parágrafos do manifesto feito pela Academia Brasileira de Ciências, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e por dezenas de outras sociedades científicas. Nesse manifesto se lê:

Será, sim, a reconstrução de uma ideia que o fogo não devora, de um Museu que sirva de referência para as futuras gerações, repetindo a fórmula que esteve presente na sua história, de um acervo histórico e científico apoiado na pesquisa científica, reunindo, assim, indissoluvelmente, a memória e a investigação, o passado e o futuro.

(...)

As chamas que devoraram o Museu Nacional enviaram uma mensagem de alerta para a sociedade brasileira. Para salvar o patrimônio histórico, cultural e científico do País são necessárias medidas concretas e o estabelecimento efetivo de políticas públicas, como aquelas propostas no Livro Azul da IV



Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. É fundamental que sejam tomadas ações adequadas e urgentes para salvar a ciência, a tecnologia e a inovação no País. Urge impedir que essas chamadas se alastrem e consumam o futuro do Brasil.

Mostro agora duas fotos. Uma delas representa a esperança de que possamos ter retomada essa cena, com crianças vendo coisas importantes. A próxima foto é para que nunca mais sejamos obrigados a ver esse tipo de cena no Museu Nacional ou em qualquer instituição importante para o Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Dr. Isaac Roitman. Agradeço as suas palavras.

Concedo a palavra agora ao Sr. Roberto Leher, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição à qual o museu é vinculado.

O SR. ROBERTO LEHER - Muito boa tarde a todas e a todos. Quero agradecer muito a presença de cada uma e de cada um dos senhores. Estamos numa Casa Legislativa, onde a soberania popular é exercida por meio das representações parlamentares. Agradeço ao Deputado Celso Pansera pela liderança, pela iniciativa e pelo empenho na realização desta audiência pública. Registro e valorizo muito a presença da Deputada Raquel Muniz, que é Presidente da Comissão de Cultura. É muito importante estarmos aqui em diálogo com a área da cultura, porque o museu é uma instituição simultaneamente da educação, da ciência e da cultura.

Registro também a importância da presença da Academia Brasileira de Ciências, na pessoa do Dr. Isaac. Foi excelente a exposição feita pelo Diretor Alexander Kellner, que seguramente passou uma imagem muito delicada e sutil do que significa o Museu Nacional para a ciência brasileira e para a UFRJ. E podemos estender isso a outros países.

Registro ainda a presença do Prof. Luiz Fernando, organizador da nossa pós-graduação em Antropologia — vou falar sobre isso adiante —, bem como a da Cláudia Pedrozo, representante do Ministério da Cultura.

(Segue-se exibição de imagens.)

O primeiro ponto que nós gostaríamos de destacar é que museus científicos, particularmente museus vinculados às universidades federais, em que pese a sua enorme



importância para o País, estão num ponto cego do Orçamento da União. Qualquer um dos senhores pode procurar com lupa onde encontramos uma rubrica específica para as instituições museais e, digo mais, para os prédios tombados pelo IPHAN e por outros órgãos que pertencem ao Ministério da Educação.

Nós temos debatido essa invisibilidade orçamentária sistematicamente com os três Ministérios — Educação, Cultura e Ciência e Tecnologia. Estivemos com todos esses Ministros, justamente chamando a atenção deles para o fato de que nós precisamos aperfeiçoar a constituição dos nossos orçamentos para que seja de fato possível incluir uma rubrica específica por meio de apresentação de chamadas públicas, propostas que tenham mérito científico, acadêmico, técnico. Enfim, é importante superarmos a questão da invisibilidade de orçamento das nossas instituições.

Atualmente, os nossos prédios dependem fundamentalmente de mecenato, particularmente por meio da Lei Rouanet, o que nem sempre é viável. Há momentos em que os projetos que a universidade apresenta são aprovados, e conseguimos captação. Em outros momentos, não conseguimos. Nós temos recebido um aporte importante, significativo, de emendas parlamentares. As atividades cotidianas do Museu Nacional, como das demais unidades da UFRJ, das demais universidades federais, existem academicamente porque captamos recursos da FINEP, do CNPQ, da FAPERJ, no caso do Rio de Janeiro, pela excelência acadêmica do que é feito no Museu Nacional e nos demais museus vinculados às universidades federais.

O Programa de Antropologia Social tem conceito 7 na CAPES, o que significa que é um programa de reconhecimento internacional. O Programa de Zoologia recentemente foi eleito o segundo programa mais importante de toda a América Latina e Caribe, ficando junto com o da Universidade Nacional Autônoma do México pela sua importância e a qualidade.

Os novos programas e os programas das demais áreas que estão na Universidade Federal do Rio de Janeiro têm uma importância acadêmica ímpar. As vozes de povos indígenas são estudadas, compreendidas. A visão simbólica, a cosmovisão dos povos indígenas estão sendo estudadas, investigadas e discutidas a partir do Museu Nacional.

Então, o Museu Nacional, conforme destacou de forma magistral do Prof. Kellner, é uma instituição de importância, que não deve nada aos principais museus de história natural e de cultura de todo o mundo.



Vejam, aqui não estamos discutindo nada, nem culpando ou deixando de culpar ninguém; estamos analisando a situação. E é muito importante que esta seja uma análise que nos leve a pensar o aperfeiçoamento das políticas, porque todos sabemos que orçamento depende de muitas circunstâncias.

Nós não vamos entrar nesse mérito, mas é importante registrar aqui particularmente algumas rubricas de orçamento da universidade — isto foi elaborado pela própria Câmara dos Deputados. Observem que, ao contrário do que se diz comumente, os gastos com pessoal nas universidades não foram crescentes nos últimos anos. Os recursos de custeio despencaram, como se pode ver na primeira linha do quadro do meio. Em termos de melhoria, o mais importante a destacar é o seguinte: em 2014, nós tínhamos um orçamento de 52 milhões por ano para fazermos investimentos — construir coisas, comprar equipamentos; este ano, estamos com 8 milhões.

É irrefutável que houve uma queda profunda nas condições objetivas de funcionamento das universidades. Aqui, vocês podem acompanhar o nosso orçamento discricionário. Chamamos de orçamento discricionário aquele orçamento que pode ser operado pela instituição. São nossos contratos de limpeza, de segurança, de investimentos, de melhorias. Estes foram os recursos executados: em 2014, 453 milhões; em 2016, mais ou menos 450 milhões; em 2018, 388 milhões. Essa queda orçamentária é muito significativa num contexto em que buscar recursos para investimento e melhorias tornou-se praticamente impossível para as nossas instituições.

O custo do museu está muito subdimensionado. Isso foi muito bem sinalizado pelo Prof. Kellner, quando fez a comparação com museus de mesmo porte, importância e significado de outros países. Com 7 milhões não dá nem para arranhar os desafios que nós temos de manutenção, desenvolvimento, de um prédio que não é um prédio em que nós fazemos manutenção cotidiana. É um prédio em que qualquer intervenção significa uma restauração amplamente debatida com o IPHAN, amplamente discutida com os nossos escritórios técnicos. É tudo muito complexo num prédio que é tombado.

O suporte que historicamente nós temos tido, pela excelência acadêmica, do Ministério da Ciência e Tecnologia caiu. E caiu em virtude destes números. Estas aqui são as rubricas de orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Tanto os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FINEP, como do CNPq tiveram decréscimos muito profundos.



A mesma questão nós temos em relação à cultura, mas eu chamo atenção para o fato de que, diante desse estrangulamento orçamentário, a comunidade da UFRJ, a comunidade científica, os estudantes, os professores, os técnicos, a Associação dos Amigos do Museu Nacional sempre procuraram alternativas extraorçamentárias. Por que procuraram alternativas extraorçamentárias? Porque, diante de um orçamento que está estrangulando, nós nunca nos furtamos de trabalhar a responsabilidade que a instituição tem em relação ao desenvolvimento do Museu Nacional.

Aqui é importante destacar a compreensão que a bancada do Rio de Janeiro tem tido em relação à situação do Museu Nacional. Em 2014, foi possível uma emenda de bancada de 20 milhões, que infelizmente não foi liberada. Com esta emenda, nós teríamos feito a reforma, conforme destacou o Prof. Kellner, que levaria a retirar da edificação histórica todos os laboratórios que guardam acervo, inclusive com produtos inflamáveis, toda a área administrativa e toda a área de ensino, para começar a fazer isso na forma de anexos — anexos que foram construídos com recursos da ciência e tecnologia.

Nós não conseguimos liberar este recurso — vou mostrar esses dados, porque são importantes — e também as receitas via Lei Rouanet foram frustradas. Observem que a UFRJ teve seis projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, mas apenas um dos nossos projetos, que totalizou 1 milhão de reais, foi aceito, e era um projeto vinculado à exposição. O projeto para prevenção de incêndio e pânico não captou recursos.

Em função desse quadro orçamentário, em 2015, tão logo nós assumimos a Reitoria, nós estivemos com o Prof. Luciano Coutinho, ex-Presidente do BNDES, e discutimos um projeto mais robusto e estratégico para o museu. E isso foi feito com uma delicadeza, qualificação e competência únicas pelo BNDES, pela equipe do Museu Nacional e pelo escritório técnico da nossa universidade. Aqui, eu destaco a profunda interação entre as equipes técnicas, que fizeram um superprojeto. E, a partir desses 21 milhões de reais, havia a expectativa de novas liberações orçamentárias. Neste recurso, um dos principais itens era justamente a prevenção de incêndio. Infelizmente, nós não conseguimos aplicar o recurso a tempo.

É importante destacar que o compromisso do BNDES foi muito acentuado. No entanto, foi um período em que houve três presidências no BNDES, e esse projeto era tratado na alta direção do Banco.



O que nós estamos fazendo neste momento? Nós constituímos um grupo de trabalho com a COPPE, a Escola Politécnica, a Faculdade de Arquitetura, a equipe do Museu Nacional, o escritório técnico da universidade, o IPHAN, o IBRAM e, em interlocução já com a UNESCO, que teve um papel muito destacado — e agradecemos a presença da representação da UNESCO — no planejamento sobre a recuperação de acervos. Estamos fazendo justamente essa parte de reforço estrutural primeiro, para que possamos retirar todos os acervos que ainda estão presentes e preservarmos as estruturas da edificação do prédio.

É importante destacar que, ao mesmo tempo, nós já tivemos a aprovação pelo CNPq de uma liberação da ordem de 10 milhões de reais para investir nos anexos, e a FAPERJ está assegurando bolsa para os pesquisadores voltarem a ter seus equipamentos, etc.

Toda essa parte inicial nós estamos fazendo com recursos, também da ordem de 10 milhões de reais, do Ministério da Educação, que tem trabalhado de forma exemplar com a nossa universidade.

Esta imagem mostra a primeira etapa da obra. E estamos agora fazendo o que seria, digamos, a segunda etapa. E esta segunda etapa tem o apoio do Ministério da Educação e da UNESCO, e nós pretendemos abrir o processo licitatório de recuperação geral da edificação. O MEC, então, liberou 5 milhões de reais.

E o que pretendemos fazer nessa segunda etapa? Basicamente, fazermos todo o reforço estrutural da Fase 1, que o Prof. Kellner já destacou, e trabalharmos a infraestrutura do anexo, que é onde as atividades acadêmicas do museu continuarão sendo realizadas.

Esses recursos estão sendo discutidos pela bancada do Rio de Janeiro, e temos confiança de que isso será por uma emenda de bancada.

A Fase 1, conforme já destacou o Prof. Kellner, é uma etapa simbólica e de enorme importância para a nossa instituição e para o País. Ali nós temos a imagem do Museu Nacional. A primeira etapa compreende: reforço, amarrações, cintamentos, coberturas, sistema de prevenção de incêndio, acessibilidade, manejo ambiental, restauração das fachadas.

A Fase 2 é muito mais ambiciosa. É justamente nessa Fase 2 que nós estamos trabalhando. Vamos, inclusive, ter uma reunião técnica com a UNESCO e o Ministério da



Educação para elaboração de um projeto executivo, por meio de concurso de consórcios em parcerias nacionais e internacionais. Pretendemos fazer um projeto do que será o novo museu.

Aqui estão os interlocutores-chave: Ministério da Educação; UFRJ, IPHAN, IBRAM e BNDES, que estamos incluindo agora como uma consultoria, uma assessoria preciosa para universidade.

E já foi destacada aqui a importância de termos uma conta com destinação específica para que possamos, de fato, termos uma conta com controle social, inclusive controle internacional, para que todos acompanham e monitorem como estão sendo utilizados os recursos de reconstrução do Museu Nacional.

Essa parceria com o BNDES tem como objetivo o esboço geral do termo de referência, para iniciarmos o planejamento do projeto executivo. Faremos isso em parceria com MEC, UNESCO e IPHAN. Entendemos que seria muito importante a UNESCO estar encarregada do processo de licitação a partir desse concurso.

E a finalização dessa etapa, no final de 2019, deve resultar na contratação da empresa que fará o projeto final do Museu Nacional.

Então, esses são os nossos planos. Eu gostaria de reiterar a importância das Comissões de Educação, de Cultura e de Ciência e Tecnologia de examinarem com cuidado a invisibilidade dessas nossas unidades acadêmicas, prédios tombados pelo IPHAN, mas que pertencem ao Ministério da Educação, instituições museais vinculadas às universidades, para que isso conste de fato no Orçamento Geral da União e possamos ter um planejamento que nos possibilite manter um maravilhoso e extraordinário acervo que orgulha, emociona e educa o conjunto da sociedade brasileira. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Sr. Roberto Leher, Reitor da UFRJ.

Eu queria dizer aos que nos estão assistindo que quem quiser fazer perguntas à Mesa, para serem respondidas após as exposições, que as encaminhem por escrito para a Secretaria da Comissão, por favor. Também teremos a palavra dos Parlamentares presentes após a fala dos expositores.

Quero também registrar a presença da Patrícia Augusta Ferreira Vilas Boas, representando o MEC, já que o Secretário-Executivo, Henrique Sartori, não estava na convocação original da Comissão. Ele se ofereceu para estar aqui conosco, mas não



pôde estar presente. Então, está aqui a Patrícia Villas Boas para esclarecer as nossas dúvidas. Ela é Diretora de Regulação da Educação Superior do Ministério da Educação. Obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Fernando Dias Duarte, Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional. Ele já foi Diretor do Museu e presidiu a comissão que organizou as atividades de comemoração dos 200 anos do Museu Nacional.

Passo a palavra ao Prof. Luiz Fernando Dias Duarte.

O SR. LUIZ FERNANDO DUARTE - Muito boa noite, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores.

A minha posição aqui é a de alguém que vai falar de uma perspectiva um pouco diversa dos que me antecederam, já que eles esclareceram, parece-me, de maneira bastante clara e bastante lúcida, não só o perfil, a importância, a corrente atual do Museu Nacional nos seus 200 anos, como também as necessidades absolutamente indispensáveis para a recomposição da instituição e para sua manutenção após essa reconstituição, essa recomposição dos prédios e das condições de trabalho e pesquisa no Museu Nacional.

Como eu sou hoje o decano dos ex-Diretores do Museu Nacional e fui o coordenador das comemorações dos 200 anos, eu poderia dizer muita coisa sobre a história do Museu Nacional, que é o ponto em torno do qual eu vou me mover. Mas uma história bem específica, porque imaginem que esses 200 anos têm muito mais memória e muito mais informação do que eu poderia transmitir a vocês nesses breves minutos. Vou me concentrar na dimensão da educação, já que esta aqui é a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e, portanto, deve ser de interesse de todos os presentes compreender a importância que o Museu Nacional teve em toda a sua história para a educação nacional.

Depois de sua fundação em 1818, já em 1821, foram abertas pela primeira vez as exposições públicas na cidade do Rio de Janeiro. Vocês podem imaginar o que era cidade do Rio de Janeiro naquele momento, incipiente em matéria de cultura, em matéria de formação, sem universidades. A abertura de uma exposição de um museu de ciências, um museu de história, pois naquela época ele era ao mesmo tempo um museu de ciências e um museu de história, foi um evento absolutamente fundamental. Aquela



exposição era um núcleo, uma semente de ciência e de educação num País bastante rarefeito nessa direção.

Durante a primeira metade do século XIX, o museu abrigou, foi o celeiro da fundação de uma série de outras instituições fundamentais para o pensamento social e científico do Brasil naquele período. O IHGB — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nasceu lá dentro; a Sociedade Velosiana de Ciências Naturais; a Sociedade Filomática; outras sociedades que desapareceram ao longo da história do Brasil foram extremamente importantes para a formação dos primeiros rudimentos de uma organização científica e educacional sólida no País.

A biblioteca do museu foi fundada em 1863. Esta, que foi a primeira biblioteca científica, felizmente, foi preservada por estar localizada em um prédio fora do palácio.

Em 1874, o museu organizou as primeiras palestras públicas. Além das exposições, havia palestras públicas para oferecer informação científica à população nacional e — é claro —, particularmente, à população do Rio de Janeiro. Em 1876, 2 anos depois, o museu iniciou os seus cursos livres. Havia não só palestras isoladas, mas também cursos sistemáticos abertos à população em geral, os quais se mantiveram durante décadas.

A partir de 1878, o Museu Nacional foi encarregado de organizar a representação do Brasil em sucessivas exposições internacionais. Naquela época, no último quartel do século XIX, as exposições internacionais eram um elemento fundamental para a difusão da imagem das nações no âmbito internacional. Apresentavam-se as indústrias, o comércio, mas se apresentavam também a natureza, as condições de conhecimento que se produziam nas nações. O Museu Nacional organizou uma a uma essas exposições, até, certamente, a de Paris, em 1889, e ainda a de Chicago, já no século XX. Todo o material dessas exposições se perdeu no incêndio no museu.

No começo do século XX, ou melhor, no final do século XIX, mais precisamente na última década do século XIX, começaram a ser criadas outras instituições científicas que até hoje ilustram a Nação: o Museu Paulista da USP, o Museu Paraense Emílio Goeldi, que são outras instituições que contêm também museus de história natural, o Instituto Soroterápico Federal, que foi o núcleo inicial da Fundação Oswaldo Cruz, que foi fundada exatamente em 1900 e hoje é tão importante no quadro nacional da ciência.

O museu, ao realizar a cerimônia solene de comemoração do seu primeiro centenário, em 1918, pôde contar ainda com a presença do Presidente da República. Ele



era ainda, certamente, um dos luminares do conhecimento, da produção de ciência no País, naquele momento. Estava presente no velho auditório do palácio, que até recentemente ainda era auditório, a nata da ciência e da educação nacional. Naquele momento, o Museu Nacional era um dos núcleos de reflexão sobre o avanço da ciência internacional, particularmente o impacto do evolucionismo, que foi discutido diretamente nas gestões de Ladislau Netto, um importantíssimo diretor da casa, que, a partir de 1870, aproximadamente, começou a incentivar, de maneira muito vívida, todas as dimensões de um museu de história natural em pé de igualdade com os seus êmulos, seus coetâneos de época.

O diretor até chamou a atenção para o fato de que o museu de história natural que ele mencionava, o de Nova York, era mais novo do que o Museu Nacional, porque eles estavam sendo, na verdade, constituídos no final do século XIX. Nesse momento, o Museu Nacional, no Brasil, estava em pé de igualdade com outros grandes museus, estabelecendo parcerias, realizando intercâmbio de informação científica, produzindo a primeira revista científica do Brasil, os *Arquivos do Museu Nacional*, que são publicados até hoje e foram criados em 1876, a mais antiga revista científica brasileira.

Nesse período, pôde-se criar cada vez mais instituições no Brasil. Logo em seguida, foi criada a Academia Brasileira de Ciências e, sucessivamente, as primeiras associações e sociedades científicas. O museu, portanto, foi continuamente um centro polarizador de todo esse processo de educação e ciência. Para dar uma ideia apenas, sem esgotar essas possibilidades, lembro que a primeira reunião da Associação Brasileira de Antropologia realizou-se lá no museu, em 1953, quando foi tomada a decisão de se criar a ABA — Associação Brasileira de Antropologia, que é extremamente ativa até o momento. Em seguida, lá se realizou também o primeiro Congresso Nacional de Zoologia, em 1960. O museu continuava, ainda nos anos 1960, sendo esse ponto fundamental de articulação da ciência e da educação.

Enfim, eu poderia me deter longamente em outros aspectos, mas creio que é importante chamar a atenção para um momento muito importante: o da incorporação da então Universidade do Brasil, que logo seria transformada em UFRJ, que pouco mais adiante passaria pela chamada reforma universitária. Esse foi um movimento extremamente importante, que transformou completamente o quadro das universidades brasileiras. O Museu Nacional participou ativamente dele, por meio de seu então Diretor



Luiz de Castro Faria, um dos fundadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia mais tarde. Essa reforma universitária mudou a UFRJ, mudou o Museu Nacional e passou a ser o padrão para outras universidades federais, que foram se transformando em direção a uma educação moderna em todo o País.

Isso fez com que nós passássemos a ter uma dinâmica mais voltada para a pós-graduação. Não se tratava mais de apenas oferecer o ensino geral, mas de contar com organizados programas de pós-graduação. O primeiro deles foi o da antropologia social, fundado em 1968, que já foi mencionado aqui pelo Magnífico Reitor. Esse programa mereceu, já desde as primeiras avaliações da CAPES, a nota máxima, que ele mantém até hoje. Depois, nos anos 1970, foram criadas as duas pós-graduações seguintes: zoologia e botânica. Mais recentemente, foram criadas aquelas outras, às quais o Diretor se referiu: arqueologia, geopaleontologia e linguística. Essas áreas já tinham núcleos de pesquisa importantes, mas ainda não tinham programas de pós-graduação formalizados, embora às vezes realizassem cursos de extensão e cursos de aperfeiçoamento.

Esse caminho da educação no Museu Nacional teve um desenvolvimento particular, a partir da presença, naquela instituição, de Edgard Roquette-Pinto, um dos patronos da educação brasileira. Ele foi Diretor do Museu Nacional, foi criador da primeira radiodifusão educativa, foi criador da primeira revista nacional de educação, foi Diretor do Museu durante muito tempo e fez com que se criasse lá a Seção de Assistência ao Ensino — era chamada de outra maneira naquela época, mas ainda existe e deu imensas contribuições para o atendimento às escolas e aos escolares no Museu Nacional. Aqueles números citados aqui a respeito da visita intensa de escolares são devidos ao trabalho denodado da Seção de Assistência ao Ensino, que foi criada no Museu Nacional sob os auspícios de Roquette-Pinto.

No momento de Roquette-Pinto, a educação estava em discussão de maneira muito mais generalizada no Brasil, com Anísio Teixeira, enfim, com tantos outros luminares da educação moderna brasileira — no Rio de Janeiro e no Museu Nacional, centrava-se na figura emérita de Roquette-Pinto.

No momento, portanto, o Museu Nacional vinha sendo — e continua sendo, apesar do desastre — o local de efetivação dessas seis pós-graduações. Estamos dando aula num pequeno pavilhão de aulas que tínhamos lá no Horto Botânico, junto à biblioteca, ao Departamento de Botânica, ao Departamento de Vertebrados, que se salvaram do



incêndio. O museu continua promovendo iniciativas de captação da atenção de escolares e de visitantes da Quinta da Boa Vista para a ciência que se faz no museu, por meio de iniciativas que são realizadas nos fins de semana, uma espécie de feira de ciência, com estandes de informação a respeito do que se faz, utilizando o material que sobrou do desastre.

Continuamos, certamente, a manter uma outra dimensão fundamental da educação: a dos estágios científicos para alunos do 1º grau e do 2º grau. Nós temos um convênio com o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, que faz com que os alunos, já nos primeiros níveis, nos primeiros anos de formação escolar, possam ir para o Museu Nacional a fim de obter um treinamento nas áreas de ciência, mais especificamente em zoologia, botânica, antropologia, etnologia, linguística, etc., e também nas áreas técnicas, tais como museologia e arquivologia, em tudo aquilo que constitui a vida intensa de uma instituição como o Museu Nacional, que tem 89 pesquisadores, 250 funcionários técnicos e administrativos, 500 alunos de pós-graduação — não é uma instituição pequena, é uma verdadeira universidade.

Finalmente, quero chamar a atenção para o fato de que, ao longo dos últimos anos, nós tínhamos intensificado imensamente a realização de exposições temporárias. O museu se manifesta, educativamente, em primeiro lugar, pelas suas exposições permanentes — essas são atendidas pelos serviços das escolas, pelos serviços de atendimento, de promoção e de incitação do conhecimento junto aos escolares e às escolas —, mas também se manifesta, sobretudo, nas exposições temporárias, essas que chamam a atenção particularmente, que entram no olho da imprensa, que fazem vir multidões, como foi o caso de uma exposição organizada pelo Prof. Alexander Kellner, intitulada *No Tempo dos Dinossauros*, que produzia filas que faziam voltas em torno do palácio. Ainda houve tantas outras na minha gestão como diretor: uma exposição sobre os índios do Xingu, a exposição *Lonas e Bandeiras*, a luta pela terra em algumas partes do País. Agora mesmo, no momento da festa de comemoração dos 200 anos, no dia 6 de junho passado, houve a inauguração de uma belíssima exposição sobre corais, montada primorosamente com os materiais do museu, materiais históricos, que recentemente tinham sido reavaliados, de expedições do século XIX a respeito dos corais na costa brasileira. Infelizmente, isso também se transformou em fumaça.



Desse modo, o meu testemunho tem esse tom mais histórico, mas é uma história que instrui não só esse presente desafiador que estamos enfrentando neste momento, mas também o futuro que nós desejamos. O futuro está nas mãos dos Srs. Parlamentares e das Sras. Parlamentares, com a possibilidade de nos concederem mais um apoio nessa grande rede de busca de suporte para a reconstrução e a recomposição do Museu Nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Prof. Luiz Fernando.

Quero registrar a presença da Deputada Luiza Erundina, do PSOL de São Paulo. Obrigado pela presença.

Concedo a palavra à Sra. Cláudia Pedrozo, Ministra interina da Cultura.

A SRA. MINISTRA CLÁUDIA PEDROZO - Boa tarde, senhoras e senhores.

Agradeço ao Deputado Celso Pansera a acolhida. Cumprimento a Deputada Raquel Muniz, Presidente da Comissão de Cultura, e os demais membros da Mesa.

A minha presença aqui se justifica muito num ato de apoio e solidariedade a essa situação vivida pelo Museu Nacional. O MINC não tem responsabilidade direta, mas obviamente tem responsabilidade cultural com a preservação da memória e do patrimônio. Por isso, prestamos a nossa total solidariedade e estamos, com este ato, justamente demonstrando a nossa interseção, o nosso apoio a todos os atos que se sucedem a esse episódio, que evidentemente é uma tragédia. Contudo, podemos utilizá-lo como aprendizado, para que medidas sejam adotadas, a fim de que esse exemplo não se repita no País. A partir desse aprendizado e dessa interlocução com o MEC, visando medidas de reconstrução e reavaliação de todas as questões orçamentárias, contingências e necessidades que precisamos superar com inteligência e boa disponibilidade, poderemos encontrar caminhos de solução para que o acervo brasileiro e os museus brasileiros não pereçam de igual maneira.

Portanto, venho especialmente com esse intuito de prestar solidariedade, apoio e parceria. Eu acredito que, no MINC, nós temos total respeito à autonomia institucional. Apoiamos a universidade nesse aspecto e, simplesmente, nos colocamos à disposição para que, nesse processo, contem com uma aliança, um apoio, uma ajuda, o que não significa nenhum grau de interferência na autonomia institucional.



Nós estamos diante de um processo de absoluta comoção social. Há uma adesão da comunidade nacional e internacional, do cidadão comum, no sentido de se perceber que este momento precisa de uma reação imediata, de uma reação consistente, de medidas que visem à pronta recuperação, reação e reorganização do Estado, a modernização do Estado, para que sejam entendidas as suas possibilidades, para que a cultura, o acervo, a educação, enfim, todos esses aspectos estejam preservados contra contingências maiores de limitações orçamentárias. Muitas vezes, não há limitações financeiras propriamente ditas, mas limitações impostas pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que impossibilita a absorção orçamentária de recursos financeiros que porventura existam.

Dois pontos de questões já tratadas eu gostaria de contextualizar. Com relação à Lei Rouanet, o papel do MINC, neste processo, é de aprovador dos projetos. Portanto, os projetos que preenchem os requisitos são todos aprovados pelo MINC, independentemente de suas características. Agora, o processo de captação não acontece sob gestão do MINC ou de forma que haja qualquer nível de interferência do Ministério. Para o êxito da captação, inclusive existe uma previsão legal de contratação de captador profissional especializado. Essa previsão não onera o projeto, porque a rubrica do próprio projeto admite a inclusão desse profissional sem interferência nos valores do projeto propriamente dito. Um dos êxitos possíveis e um conselho que eu venho empregando com certa regularidade é no sentido de que os projetos de Lei Rouanet exitosos geralmente são os que utilizam o captador profissional. É uma previsão legal, e nós podemos atuar nesse sentido.

Com relação à pronta reação do Estado, nós vemos também a medida do edital do BNDES, que pretende aportar recursos em âmbito nacional para as medidas de prevenção e de auxílio aos museus, como uma rapidíssima reação do Estado, no sentido de ser mais um parceiro neste momento.

Eu vejo esta audiência como tendo por escopo principal a manifestação da universidade e como interlocutor principal o MEC. Então, o seu contexto é apropriado à educação. Portanto, não vou me alongar nas questões de cultura, porque simplesmente estou aqui manifestando a nossa parceria, a nossa solidariedade. Somos sócios do sucesso, ou seja, somos parceiros da solução daqui para frente. Então, esta é a minha expressão. Já conversamos outras vezes com a instituição, no sentido de conseguirmos o



terreno. A SPU também se sensibilizou e mobilizou, a partir de várias interlocuções que foram feitas, para que o museu tenha um espaço adicional a sua atividade de mobilização de acervos, reserva técnica, área administrativa, ou mesmo que utilize isso para suas outras características institucionais.

Enfim, nós temos uma aplicação de recursos do PAC especificamente em preservação, neste ano, da ordem de 200 milhões de reais. Houve um esforço generoso e importante do Estado nesse sentido, sobretudo se considerarmos as limitações orçamentárias decorrentes da emenda constitucional que limita gastos para este ano.

Então, na medida do possível, estamos adotando — e desejamos que prosperem e tenham perenidade — as ações do PAC relacionadas à recuperação dos acervos. Certo é que, pelo histórico longo de não preservação, de não restauração, nós temos um passivo imenso no País a ser tratado. Esses recursos, evidentemente, não significam a solução de todos os problemas, mas são uma demonstração ostensiva de que esta gestão compreende a prioridade e a necessidade de diminuirmos o passivo existente.

Para a diminuição do passivo existente, nós temos a adoção de propostas e medidas inovadoras, para que consigamos criar o fundo de *endowments*, por exemplo, através da possibilidade de criação de fundos patrimoniais e da sensibilização dos apoiadores da cultura, assim como dos apoiadores internacionais que manifestem voluntariamente o desejo de fazer aportes a título de doação para os fundos patrimoniais, que terão a vocação de cuidar tanto da reconstrução, quanto da preservação da rede de museus. E não só da rede de museus — a legislação que autoriza a constituição dos *endowments*, na verdade, vai muito além. Ela foi sábia ao colocar como possibilidade também que esse fundo atenda às áreas de ciência, tecnologia e várias outras para além da cultura e da preservação.

Como este momento, em verdade, é da educação, eu me limito aqui e agradeço o convite, mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Ministra Interina.

Só para registrar, esclareço que, no nosso requerimento original, nós não havíamos previsto a presença hoje do Ministério da Cultura, mas a Ministra nos procurou hoje, através da Comissão de Educação. Obviamente, pela importância da sua presença, acolhemos o pedido. Muito obrigado por ter vindo à nossa audiência.



Eu também recebi um pedido aqui, Deputado Chico Alencar, Deputada Luiza Erundina e Deputada Raquel Muniz, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, para uma fala inicial agora. Pela relevância e importância histórica da SBPC, vamos abrir o tempo de 5 minutos para a Conselheira Fernanda Sobral falar. Depois retomaremos o debate com os Parlamentares.

A SRA. FERNANDA SOBRAL - Eu queria agradecer ao Deputado Celso Pansera por me permitir fazer uso da fala pela SBPC. Eu estou aqui representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que não tem 200 anos, como disse o Isaac, mas que completa este ano 70 anos em defesa da ciência, da tecnologia, da educação e da cultura deste País.

Primeiro, eu tinha selecionado uma das frases do manifesto da SBPC e da ABC, que o Isaac já mencionou. Então, ele já me poupou 1 minuto.

No tempo restante, eu quero citar outra frase do manifesto que eu acho importante: *"É preciso, com urgência, liberar recursos emergenciais para o Museu Nacional, garantir a segurança do imóvel atual, estabelecer locais de trabalho adequados para os pesquisadores e possibilitar a ampliação do espaço do museu, adjudicando o terreno próximo já reivindicado pela direção do Museu, deslocando assim do Palácio as atividades administrativas, de pesquisa, de guarda de coleções e de ensino de pós-graduação"*.

Partindo para a própria operacionalização, a partir do que eu escutei aqui e de informações dadas, eu gostaria de destacar algumas questões que são da maior importância: reforço estrutural, armazenamento — foi dito aqui que está havendo dificuldade de armazenamento; que alguns museus internacionais estão oferecendo materiais, mas não há onde armazená-los —, restauração e construção de novos prédios.

Das informações que eu pude obter, eu acho que essas quatro questões são as mais importantes. Nesse sentido, eu volto a insistir com a questão colocada pela SBPC: a necessidade de recursos financeiros — eles são, talvez, o mais importante —, mas não só isso. É preciso também apoio logístico e agilidade burocrática. Essa é outra questão da maior importância neste momento para a revitalização do museu.

Era só isso o que eu queria dizer, mostrando a presença da SBPC nessa luta pela recuperação do Museu Nacional. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, professora.



Quero registrar que, na quarta-feira que vem, dia 7, nós teremos uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia com a SBPC e a ABC para discutir o Orçamento de 2019, que é outro debate bem candente, bem duro, a ser feito na Câmara dos Deputados.

Como autor do requerimento desta audiência, quero fazer o registro de alguns posicionamentos meus.

Quando nós o apresentamos, em maio de 2018 — portanto, bem antes da tragédia —, nós estávamos na verdade construindo uma pauta de apoio ao museu aqui na Câmara. O Prof. Kellner foi eleito diretor do museu no fim do ano passado e assumiu em fevereiro deste ano. Mas, antes da assunção dele, nós tivemos uma reunião na Academia Brasileira de Ciências, quando assumimos o compromisso com uma série de pautas para trazer o debate dos 200 anos do museu para dentro da Câmara dos Deputados, além de ajudar a trazê-lo junto ao Governo como um todo, para aproveitar o momento da festa e alavancar a recuperação estrutural do museu, porque a história dele não precisa disso, a relevância dele não precisa disso.

Queremos também alavancar a obtenção do terreno ao lado da Quinta da Boa Vista. Para quem não o conhece, é um terreno que pertencia ao Exército e foi utilizado como estacionamento para a Rio 2016. Ele fica ao lado do Maracanã. Hoje esse terreno, de mais ou menos 50 mil metros quadrados, está sem utilização. Nós pedimos um pedaço desse terreno para que o museu construa um prédio, mesmo que seja provisório, para deslocar até lá parte das aulas e a área administrativa, desafogando, assim, a ocupação do prédio principal. A ideia era começar a reorganizar o prédio principal, o prédio histórico. Mas nós fomos atropelados pela tragédia.

Então, mudamos a nossa pauta de apoio ao museu, já buscando, então, recursos junto aos Ministérios — acentuando a luta pela cessão do terreno junto à SPU, que avançou bastante após a tragédia —, junto ao Governo e junto à bancada de Deputados do Rio de Janeiro. Nós temos uma reunião importante hoje à noite. Eu e Chico Alencar estaremos lá defendendo que uma das prioridades das emendas da bancada seja para o museu. Já fizemos essa defesa e vamos reforçá-la hoje, quando nós teremos a decisão.

Agora eu queria registrar, Ministra, já que contamos com sua presença aqui, duas ou três questões importantes.



Primeiro, a Medida Provisória nº 850, de 2018. Entendemos a oportunidade do momento de tentar apresentar uma solução para a questão, mas uma alteração tão grande e significativa como a transformação do Instituto de Museus em uma agência necessitaria de um debate amplo nesta Casa e também de uma consulta pública. *(Palmas.)*

A utilização da medida provisória como instrumento não foi a melhor oportunidade. Eu não quero colocar a senhora numa sinuca de bico, mas eu iria falar sobre isso, o que acho importante.

Outra iniciativa que considero importantíssima é a dos fundos patrimoniais, os *endowments*. É uma iniciativa muito positiva. Eu só apresentei sete emendas. Sugiro que todo o Capítulo 3 seja retirado, porque ele invade uma série de outras legislações que o setor de ciência e tecnologia já tem — e que funcionam —, e acaba mudando o conjunto de regras com as quais o setor já funciona. Inclusive nós aprovamos aqui, em 2015, o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, que foi sancionado em 2016 e regulamentado em 2018. Eu estou propondo a extinção de todo o Capítulo 3.

Também proponho uma modificação — eu não lembro qual o capítulo —, incluindo as fundações de apoio como receptoras dos fundos de investimento. Para quem não sabe, há cerca de 50 fundações de apoio vinculadas a universidades públicas brasileiras. Elas, pela medida provisória, não podem receber e administrar recursos dos fundos patrimoniais. Então nós estamos apresentando uma emenda relativa a isso. Cito aqui as duas mais importantes, que são relacionadas às fundações de apoio. Para quem não sabe, a FINATEC e a COPPETEC são grandes fundações de apoio.

Na questão da MP 850, nós já estamos num processo, Ministra, de impedir a votação dessa matéria. Vamos ver se não a aprovamos, porque queremos fazer o debate num processo legislativo um pouco mais extenso. *(Palmas.)*

Eu entendo a sua posição — e agradeço a sua presença aqui —, mas não poderíamos deixar de falar sobre isso.

Também acho que não dá para deixar de registrar — e votei favoravelmente a ela, mas já fiz autocrítica e acho importante trabalharmos nisso — a questão da PEC do Teto de Gastos. Nós temos um novo Governo eleito que defende a continuidade dessa PEC. Eu acho que já estão sendo recolhidas assinaturas para uma emenda constitucional aqui na Câmara para acabar com validade da PEC do Teto de Gastos, exatamente para que



nós possamos avançar e inverter a lógica da gestão do Orçamento Federal para a ciência e a educação.

Era esse o registro que eu queria fazer como autor do requerimento.

Eu deixo a fala dos senhores e das senhoras para o final.

Nós temos a inscrição de dois Parlamentares para falar na sequência. A primeira é a da Deputada Raquel Muniz, que está pedindo para agregar o tempo da Liderança do PSD. A Deputada é do PSD de Minas Gerais. Então, S.Exa. terá 11 minutos para a manifestação.

Depois, terá a palavra o Deputado Chico Alencar, que não pediu para agregar o tempo de Líder... *(Pausa.)*

Está pedindo para agregar também o tempo da Liderança. Então, a próxima fala é do Deputado Chico Alencar.

Com a palavra a Deputada Raquel Muniz.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (PSD - MG) - Quero cumprimentar nosso sempre Ministro Celso Pansera, da Ciência e Tecnologia, com quem tivemos oportunidade de participar de audiências em sua gestão como Ministro e como colega Parlamentar na Comissão de Cultura.

O Presidente até já explicou que, quando da pauta desta reunião, alguns poderiam questionar que esta poderia ser uma reunião conjunta das Comissões de Educação e de Cultura, mas, na época, não tinha ocorrido o incêndio, e vimos a sensibilidade do Deputado Celso Pansera em realizá-la. Mas a nossa Comissão está aqui presente.

Hoje eu presido a Comissão de Cultura na Câmara Federal. É uma Comissão relativamente nova, basta olhar o painel. Ela era conjunta, a Comissão de Educação e Cultura. Com a minha presença agora, é a sexta Presidência — sou a primeira mulher Deputada, mineira, de um Estado grande, extremamente cultural, que representa a cultura do País inteiro, com mais de 800 Municípios.

Muito me honra estar aqui hoje como Presidente da Comissão de Cultura, representando Minas Gerais, ao lado da Prefeita Valquíria, muito presente na Comissão de Cultura e que representa o norte de Minas, Varzelândia; dos Vereadores do noroeste, como o Vereador Arildo e o Vereador e grande amigo Charlinho, da nossa querida Guarda-Mor.



Cumprimento ainda os Deputados presentes, como Chico Alencar e Luiza Erundina, neste importante debate, nesta audiência pública, que trata dos problemas enfrentados pelo Museu Nacional e perspectivas para o futuro, já evidenciados antes na minha fala e na fala do Deputado Celso Pansera, essa sensibilidade da Comissão de Educação, que participo como membro titular, representando o meu partido, o PSD.

Gostaria de saudar aqueles que vieram para o debate, como o Alexander Kellner, Diretor do Museu Nacional, e o Roberto Leher, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eu, Alexander e Roberto estivemos juntos logo após o incêndio, numa audiência com o Ministro da Educação, o Ministro da Cultura, o Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, e o Presidente da República no Palácio do Planalto, para que pudéssemos traçar diretrizes imediatas para o escoramento, por exemplo, da estrutura do museu. Nós estivemos ali presentes representando a nossa Comissão de Cultura.

Quero cumprimentar ainda o Luiz Fernando Duarte e a Cláudia Pedrozo, Ministra Interina do Ministério da Cultura. Nesse dia, o Ministro também esteve presente nessa audiência conosco. Ele estava em viagem e retornou imediatamente para participar dessa importante pauta. Vimos a bancada do Rio de Janeiro também representada nessa importante reunião. Já foram mencionados aqui os recursos destinados por essa bancada, um compromisso da próxima emenda. Mas vimos também aqui, nas apresentações, recursos destinados por essa bancada em 2014 que infelizmente não foram pagos.

Ainda assim eu sou uma mulher de muita fé. Então, a partir do momento que fui informada de toda essa tragédia, não medi esforços para que pudéssemos trabalhar não só na Comissão de Educação, mas na Comissão de Cultura e no plenário da Casa, como na sensibilização de empresários, para que todos pudessem ajudar. Afinal, eu trabalho também no Rio de Janeiro numa grande universidade, a Santa Úrsula, conheço o Museu Nacional e sei que a própria Universidade Santa Úrsula muitas vezes já se utilizou do museu. E sei também dessa parceria da Universidade Federal com o nosso museu, que, para nós, é algo muito atrelado e conjunto. É por isso que hoje temos aqui para debater pessoas ligadas ao Ministério da Educação, consultores — a Carla também veio — e o Ministério da Cultura, com nossa representação como Presidente.

Eu gostaria de informar o que eu pude fazer na prática como Presidente da Comissão de Cultura. Nós fizemos uma sugestão de emenda ao Orçamento uma semana



antes da eleição, a Emenda nº 3, de 2018, no valor de 500 milhões de reais. A justificativa é que "a emenda visa à implantação, à instalação e à modernização de equipamentos e espaços culturais, incluídos museus, bem como a garantia de sua operação e do acesso do público a programação aos produtos e aos bens culturais.

A recente tragédia que se abateu sobre o Museu Nacional da UFRJ, uma das instituições científicas e antropológicas mais importantes da América Latina, com mais de 20 milhões de itens, expõe a fragilidade dos mecanismos nacionais de preservação de seus bens culturais.

Considerando que é dever do Poder Público zelar pela salvaguarda dos bens e instituições que constituem nosso patrimônio cultural, e com o intuito de evitar mais perdas irreparáveis para o patrimônio brasileiro, é urgente a destinação desses recursos ao museu.

Assim, o presente pleito objetiva também a realização de projetos e obras na estrutura física de prédios ou construções de novos espaços nos museus e institutos de memória, bem como a aquisição de acervos, identificação, catalogação e organização dos acervos dos museus."

Na Emenda nº 4, de 2018, também aprovada pela Comissão de Cultura, nós igualmente tratamos dessa questão do museu, e o valor é de 500 milhões de reais.

A justificativa é a promoção do funcionamento de equipamentos e espaços culturais, incluindo museus, a fim de prover meios que garantam a sua atualização, modernização, segurança, dentre outros, em padrões técnicos e operacionais satisfatórios para o desenvolvimento de suas atividades, de modo garantir a atratividade e a acessibilidade do público, e criar condições para sua sustentabilidade.

Além disso, o Deputado Raimundo Gomes de Matos, integrante da Comissão de Cultura, é membro também da Comissão de Orçamento, e o Deputado Celso Pansera fez o convite, logo após a fala da SBPC, para que pudéssemos discutir essa questão. Eu acho isso importante, porque a nossa emenda vai à Comissão de Orçamento para que haja essa apropriação de despesa. Essa sugestão de emenda já foi aprovada na Comissão de Cultura. Mas, na Comissão de Orçamento, temos agir da mesma forma como agimos aqui, precisamos debater e fazer o convencimento.



Eu acho que a população brasileira e o próprio Presidente eleito, que é do Rio de Janeiro, conhecem essa realidade. Então, temos de sensibilizar o próximo governante e o próximo Ministro.

Já consta de relatório da minha Comissão todo o nosso trabalho como Presidente da Comissão de Cultura, e um capítulo do livro relaciona tudo o que aconteceu com o museu. A propósito, vamos incluir nessa publicação esta audiência, que se torna histórica e fará parte desse documento que será entregue ao atual Ministro da Cultura, ao da Educação e aos Ministros que os vão suceder, para que possam dar continuidade a isso, e também ao futuro governante, o Presidente eleito, Jair Bolsonaro, que é do Legislativo e sabe do esforço que fazemos para discutir uma emenda com os colegas, conseguir um consenso, conseguir maioria, ter a sensibilização do País inteiro. Não é possível não conseguirmos isso.

Cabe a cada um de nós brasileiros sensibilizados com isso se manifestar hoje de todas as maneiras, e cabe, com certeza, aos Parlamentares que vão estar na próxima legislatura fazer também essa importante cobrança.

O nosso Ministro Celso Pansera já teve a sensibilidade de perceber que isso poderia acontecer, é um Deputado que tem grande experiência, apresentou isso aqui, estamos discutindo isso, mesmo após esse período eleitoral. Está sendo difícil conseguir quórum nas reuniões. Estamos aqui numa reunião em que as pessoas se sensibilizam. Parlamentares estão aqui presentes. Observamos que, em algumas Comissões, nem há Deputados presentes, e aqui temos a representação de Deputados.

Eu fiquei muito feliz especialmente após a fala do Diretor do Museu Nacional e o recebimento do material sobre o Museu Nacional Vive. Nós não vimos aqui hoje o que em geral vemos: só reclamações. Vimos aqui esperança, fé. E eu sou movida a isso. Com certeza, a minha luta vai continuar aqui e lá fora pela revitalização da nossa história e do nosso museu.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Deputada Raquel Muniz.

Passo a palavra ao Deputado Chico Alencar, que, como falará também pela Liderança, dispõe de 8 minutos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Obrigado, Presidente Celso Pansera. Parabéns pela importantíssima iniciativa, que nós Parlamentares, no geral, não



valorizamos muito, haja vista que a presença parlamentar hoje aqui é muito pequena. Terça-feira é dia de trabalho aqui. Até nós que não estaremos nesta Casa no ano que vem sabemos muito bem disso.

Mas eu queria agradecer a essa Mesa, muito rica, muito importante. Cada um que fez hoje sua exposição aqui nos ajudou bastante e nos animou, num tempo de muito desencanto e muita preocupação.

Como é próprio da audiência pública, a palavra voltará à Mesa. Eu quero indagar então a cada um de seus integrantes sobre as Medidas Provisórias nºs 850 e 851, especialmente sobre a Medida Provisória nº 850, que autoriza o Poder Executivo a criar a ABRAM. Qual é a avaliação, considerando-se o lugar que cada um ocupa, dessa iniciativa? Nós da bancada do PSOL — está aqui a minha querida e exemplar companheira Deputada Luiza Erundina — já temos uma apreciação a respeito dessa medida, inclusive de que é inconstitucional quando usurpa a autonomia da UFRJ em relação ao próprio Museu Nacional.

Não sei se isto foi um desleixo de quem redigiu a medida provisória, mas ela fala em reconstrução do Museu Nacional. O Museu Nacional não é um palácio que um traficante de escravos deu para a família real, não. O Museu Nacional é uma instituição acadêmica, de ensino, pesquisa e extensão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Portanto, nada pode ser feito lá sem que haja, no mínimo, o bom debate com essa instituição, da qual tenho orgulho de fazer parte. Vamos fazer o bom debate, o bom combate a essa medida provisória, que, de resto, desprezou totalmente, na sua urdidura, o IBRAM, que é de 2009, não é uma instituição já vetusta, carcomida, superada. Ninguém foi ouvido lá, que eu saiba. Seria importante que a Mesa e mesmo os que estão aqui participando desta audiência trouxessem o seu testemunho sobre isso.

O Deputado Celso já disse que nós vamos nos empenhar fortemente para, hoje, fechar o aporte da bancada, que é bastante volumoso, embora sempre insuficiente ao Museu Nacional para as suas necessidades. Tenho certeza, Deputado Celso, de que nós vamos conseguir isso. Há quase um consenso. Só não digo que já existe consenso porque alguns não se manifestaram verbalmente, mas ninguém há de se opor.

Concretamente, no que me cabe enquanto Parlamentar, e isto não é mérito algum, estou fazendo essa destinação, porque até amanhã nós temos que fechar as nossas emendas individuais. São as menos valiosas, servem muito para uma espécie de curral



eleitoral orçamentário. O Parlamentar faz a destinação por meio de emendas e, depois, inaugura uma plaquinha com o seu nome, com os agradecimentos, para ter uma fidelização de votos ali. Eu estou fora dessa, e é algo que não é de hoje, não é de agora, é de outros momentos também. Mas cumpri minha obrigação, que foi o compromisso, assumido por pelo menos 21 Deputados reunidos com o Presidente Rodrigo Maia logo depois da tragédia do museu, de destinar por meio de emendas individuais algum recurso a essa instituição. Está dito aqui que serão destinados ao Museu Nacional, via IPHAN, para a sua reconstrução, 1 milhão e 310 mil reais. Se cada integrante da nossa bancada fizer isso, já vai ajudar um pouquinho, não é?

Por fim, para não me alongar, e talvez nem utilize todo o meu tempo, digo que, para além das belíssimas exposições que mostram que tudo está andando — destaco a presença do Ministério da Cultura, é muito importante —, o Ministro Sérgio Sá Leitão, assim como alguns Parlamentares, foi meu aluno, o que prova que sou velho e que a ideia do Escola sem Partido é inócua... (*Palmas.*)

Digo isso porque, às vezes, Sérgio manifesta posições que, obviamente, não foram induzidas por este velho professor. (*Palmas.*)

Mas é um jovem muito ativo, sem dúvida. E é importante que o Ministério esteja aqui, porque temos que contar com as autoridades públicas, as de qualquer governo, sobretudo respeitando-se os princípios democráticos, os de independência entre os Poderes, de apreço à cultura.

O Prof. Alexander trouxe uma indignação que parece que está fora do debate, mas ela está no centro da nossa discussão: "*Por que tudo no Brasil tem que ser tão difícil?*"

Em primeiro lugar, tudo é tão difícil para quem? Eu acho que essa pergunta é forte para todos nós. (*Palmas.*)

Alguns tiveram posição dominante na construção de uma sociedade escravocrata, concentradora da propriedade, em que havia senzala, dominação inclusive intelectual em relação aos de baixo. Essa expressão era usada por aquele cuja imagem nos contempla aqui, que faria a mesma indagação, o Prof. Florestan Fernandes, uma figura admirável que também, Deputada Luiza, topou essa missão de ser Parlamentar, e sofreu muito com isso. Para os de baixo, e assim ele sempre se referia às grandes massas oprimidas, espoliadas, as sem voz, sem nome, sem vez, o País tem dado errado e tudo é muito difícil. Já para aqueles que foram dominantes na construção de uma sociedade com as



características de exclusão, de homofobia, de racismo, de tortura como algo da naturalidade da vida — há até apologistas dela que chegam à Presidência da República pelo voto popular —, está tudo dando certo, está tudo sendo relativamente fácil. Eu entendo que nós devemos resistir, e esta audiência pública é um caminho para isso. Vamos prosseguir.

Eu vejo com alegria que a reconstrução do Museu Nacional já está em curso, que as atividades acadêmicas não foram incineradas, não foram sequer interrompidas. É claro que o aporte de recursos é fundamental. Vejo com preocupação a perspectiva de um novo governo que não revela ter apreço pela cultura. Inclusive, já ouvi notícias, informações de que uma das ideias é extinguir o Ministério da Cultura — essa é uma ideia recorrente —, outra é tentar interferir até nos processos educacionais, para que eles não produzam uma educação crítica. Mostra-se desprezo não só a Roquette-Pinto, que talvez nem seja conhecido por muitos dos que estão chegando ao Poder da República, mas também a Paulo Freire.

Eu me lembro de uma faixa, exposta numa manifestação pretérita, à época do processo de *impeachment* da Presidente Dilma, que pedia, aqui em Brasília, a prisão de Paulo Freire. Eu me lembrei do *Febeapá*, de Stanislaw Ponte Preta, de cujas filhas fui professor também. Tive a alegria de conhecer o Sérgio Porto. Ele criou o *Febeapá: o festival de besteira que assola o país* quando o DOPS, polícia política, tentou prender Sófocles e Bertold Brecht. Esse, pelo menos, tinha falecido há menos tempo do que Sófocles. Não lograram êxito.

Hoje em dia, estamos vivendo um período de muita imbecilização e de perigos em relação à cultura. Espero que não cheguemos àquele limite de um dirigente nazista — não sei se foi Goebbels — que dizia que, quando ouvia a palavra "cultura", sentia vontade de sacar da sua arma. E, hoje, fala-se muito em armar cada um, não é? Pode ser que armem aqueles que queiram matar a cultura também.

Eu queria encerrar com uma palavra de esperança, que esta audiência nos traz, de um professor e escritor chamado Luiz Antonio Simas. Ele contesta, num artigo maravilhoso, essa ideia de que o Brasil deu errado. (*Riso.*) Na linha do que eu argumentei aqui, ele disse que o Brasil tem dado certo para certos setores, diz que temos de fazer então o Brasil dar errado no sentido contrário ao dar certo de até hoje.



Isso nos leva a essa situação, mencionada aqui pelo Reitor Roberto, e eu nunca tinha pensado nisso, de invisibilidade orçamentária de instâncias da nossa cultura e do nosso patrimônio histórico. Quem sabe, superamos isso. E não são só as Comissões de Educação, de Cultura, de Ciência e Tecnologia da Câmara que têm que discutir isso, não — aliás, é muito bom que a Deputada Raquel esteja aqui também, representando a Comissão de Cultura —, é sobretudo a Comissão de Orçamento. Ela vai fechar o Orçamento de 2019 e tem um papel primordial, fundamental para estabelecer essa garantia orçamentária.

Encerro citando Luiz Antonio Simas:

Eu não desisto. O trabalho é miúdo, constante, longo, de enfrentamento e aprendizado. A ideia de resistir não é mais suficiente. O importante é reexistir mesmo, com a paciência da mulher rendeira, a ginga do capoeira e a destreza de Ogunhê na forja das ferramentas: arado, lança, pilão e cimitarra.

Então, vamos reexistir!

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Muito bem, Deputado Chico Alencar.

Eu queria registrar a presença dos Deputados Alessandro Molon e Celso Jacob.

Está inscrito o Deputado Alessandro Molon, mas três questões foram apresentadas pelo público, que vou ler aqui.

Antes, eu queria fazer a seguinte proposta, Deputado Molon: eu leio as questões, nós ouvimos V.Exa. e, depois, fazemos o encerramento com a Mesa.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Eu não sei se a Deputada Luiza Erundina vai se inscrever para se pronunciar, bem como o Deputado Celso Jacob. (*Pausa.*)

Ela vai fazer uso da palavra.

Vou fazer a leitura, Deputado, assim V.Exa. ganha um tempo maior para preparar a sua fala, para respirar um pouquinho.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Depois faremos o encerramento da audiência.



Há perguntas de Gilcy Rodrigues Azevedo, Chefe da Seção de Conservação e Restauração da Câmara dos Deputados, ligada à Coordenação de Preservação do Patrimônio Cultural da Câmara dos Deputados. Eu acredito que as perguntas dela são bastante voltadas ao Kellner e ao Reitor Roberto Leher. *"Existia ou existe uma política de segurança que englobe a aplicação de ferramentas de gestão de risco no Museu Nacional?"* Essa é a primeira pergunta. A segunda: *"Se não existe, pretendem construir?"* E a terceira pergunta: *"O que podemos fazer enquanto instituição Câmara dos Deputados para auxiliar na reconstrução do museu?"*

Há uma mensagem de Claudia Porto, da Diretoria do ICOM Brasil e também museóloga da Câmara dos Deputados:

Gostaria de sublinhar que o ICOM, Conselho Internacional de Museus, instituição que reúne 30 mil profissionais de museus de todo o mundo, está trabalhando para mobilizar o seu Comitê Permanente sobre Gestão de Risco de Desastres, seus comitês de documentação, museus universitários e história natural, bem como outros atores pertinentes da nossa rede, de forma a apoiar o Museu Nacional em sua recuperação. Contem conosco no que nos for possível.

Essa é mais uma mensagem de apoio.

Da Gilcy Rodrigues Azevedo há um outro recado:

Foi citada a necessidade de restauração das obras para a devida reestruturação do Museu Nacional. Contudo, projeto de lei recente regulamentando a profissão de conservador e restaurador foi rejeitado pelo Executivo. Outro projeto em andamento, hoje na Comissão de Trabalho, sequer tem Relator e corre o risco de ser arquivado. É o Projeto de Lei nº 9.063, de 2017, de autoria do Deputado Chico Alencar. Considerando a importância dessa categoria, o que se pode fazer para que o PL tenha êxito?

Depois eu passo a palavra ao Deputado Chico para que ele responda.

Vou passar a palavra agora ao Deputado Alessandro Molon e depois à Deputada Luiza Erundina.

Deputado, V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Muito obrigado, Presidente. Antes de mais nada, quero cumprimentá-lo. V.Exa. é autor do requerimento de realização desta audiência pública. Portanto, a iniciativa foi sua aqui na Comissão de Educação. Parabéns!



Aproveito a oportunidade para cumprimentar os membros da Mesa, todas as autoridades presentes, os servidores, os profissionais que estão nesta Casa, os representantes dos museus do Rio de Janeiro e do Brasil, a representante do Ministério, o Reitor.

Presidente, essa tragédia causou comoção no País e no mundo. Essa foi uma tragédia sem precedentes no Brasil. É importante que nos lembremos disso, para que, passada a emoção, não seja diminuída ou esquecida a gravidade do que ocorreu. Nós somos um povo muito emotivo, mas temos que tomar cuidado para que, quando passe a emoção do momento, não nos esqueçamos de como foi grave o ocorrido. Foi uma tragédia vista e lamentada no mundo inteiro. E, para o Brasil, foi uma perda de patrimônio incalculável.

Dito isso, o que se deveria ter feito? A primeira iniciativa do Governo Federal deveria ter sido fazer uma análise de por que chegamos àquela situação, por que aquilo ocorreu. Em qualquer país do mundo, quando ocorre um problema qualquer — eu poderia aqui estar me referindo a um acidente aéreo, eu poderia estar me referindo a um incêndio, eu poderia estar me referindo a uma tragédia que resultasse na morte de dezenas de pessoas —, quando ocorre algo grave, a primeira coisa a se perguntar é o que houve antes para que aquilo acontecesse. No entanto, esse debate foi negligenciado. Infelizmente, a reação do Governo Federal foi o anúncio de duas medidas provisórias sem que elas tivessem sido debatidas, seja com o setor, seja com o Parlamento, seja com a sociedade.

Isso é lamentável, sobretudo porque, ao que nos consta, de fato elas eram medidas provisórias já cogitadas ou pensadas pelo próprio Governo Federal, embora não de forma clara, francamente debatida com a sociedade. Comenta-se que isso já estava pensado, diz-se que isso já estava pronto, mas não houve antes um debate público sobre se essas duas medidas provisórias são uma boa resposta ao problema. Pessoalmente considero que não, mas eu gostaria de ter tido a oportunidade de dizer isso antes que elas fossem editadas, porque medida provisória tem força de lei desde a sua edição.

Elas agora estão em debate no Congresso Nacional, mas elas já produzem efeitos e já trouxeram uma enorme instabilidade a esse setor. Eu mesmo fui procurado por muitos profissionais da área — não apenas do Museu Nacional, mas também de muitos outros museus — e eles disseram: "*Política de museu é política de Estado*". É necessário haver



uma continuidade. Quando se fala de acervo, é preciso se falar em termos de longo prazo. Todos os países têm uma política duradoura. Isso não pode nem deve mudar com os Governos. Isso deve ser uma política do Estado brasileiro em nome do seu povo e para o seu povo.

É fundamental para a construção de uma nação que isso tenha continuidade, que isso não dependa do vaivém dos Governos, porque os Governos passam, sejam eles quais forem, mas o Estado deve permanecer, as instituições republicanas devem ter uma solidez, uma permanência que não seja afetada por esses vaivéns de Governo. Tampouco se deve tentar dar a isso uma resposta com preocupações eleitorais, no calor das emoções, alterando uma estrutura como a do IBRAM, que é de 2009, algo muito recente. E nós já vamos substituir isso por outra coisa.

Isso não deveria ter sido precedido de um debate? Quais são as limitações do IBRAM? Será que o IBRAM não foi uma boa ideia? Por que não foi uma boa ideia? O que fazer para aperfeiçoar essa ideia? Há como se corrigir? Ou não há solução e é preciso substituir isso por outra coisa? Esse seria um debate que não deveria dividir Governo e Oposição. Não deveria dividir Governo e Oposição. Não deveria ser uma questão que nos dividisse entre Governo e Oposição. Deveria haver um debate sobre política cultural. Infelizmente isso não ocorreu. Nós faremos esse debate nas Comissões das medidas provisórias. Eu já faço parte de uma e estou tentando fazer parte da outra. E vamos fazer esse debate em ambas.

Agora, até lá, é preciso recuperar o quanto antes o museu, tentar reduzir os estragos, que foram enormes, incalculáveis. Precisamos fazer o máximo para recuperá-lo. Nesse sentido, é muito importante registrar o esforço que o Museu Nacional e a UFRJ fizeram para apresentar um projeto. Nós estamos empenhados nisso. Vou aproveitar a presença da Ministra para dizer isso. A bancada do Rio de Janeiro está comprometida com a aprovação de uma emenda de bancada para garantir os recursos necessários para a primeira etapa das obras. Essa primeira etapa foi apresentada num plano. Então, nós estamos comprometidos em garantir recursos para isso. Sabemos da limitação do Orçamento, das dificuldades fiscais. Vamos colocar uma das emendas impositivas da bancada para isso, sem prejuízo de nossas emendas individuais. Nós — alguns poucos Parlamentares do Rio, o Deputado Chico Alencar, eu — já tínhamos feito emendas individuais garantindo recursos ao museu. E também conseguimos o compromisso de boa



parte dos outros Deputados da bancada no sentido de que cada um destine pelo menos 250 mil reais para reforçar esse orçamento.

Então, queremos dizer à Ministra Interina que nós estamos procurando fazer a nossa parte, sem disputas políticas menores, tentando ajudar naquilo que é possível a recuperar o museu. Esse é um desejo de todos nós. Mas queremos fazer um debate com o Governo antes da aprovação dessa medida provisória sobre a razoabilidade dessa iniciativa. Não queremos aqui fazer qualquer ilação sobre as intenções dela, mas queremos verificar se é uma boa ideia ou não, sobretudo considerando que isso pode causar uma quebra na continuidade de uma política de Estado para os museus brasileiros.

Quero colocar aqui minhas preocupações, Sr. Presidente, dar notícia desse nosso compromisso, lembrar aos colegas do Rio de Janeiro esse compromisso nosso. Foi-nos apresentada a primeira fase do planejamento para reconstrução do museu, a da sua fachada histórica. Além disso, nós queremos também direcionar recursos para os projetos de pesquisa, para os equipamentos, o resto, pois há muita coisa. Não se trata apenas de uma reconstrução de engenharia, arquitetônica, que é extremamente importante, considerando o valor histórico do prédio e tudo o que ele significa. Há também os projetos e a pesquisa, já que o museu é uma referência no mundo para pesquisas em diversas áreas. Então, é preciso garantir que isso continue também.

Reafirmo aqui meu compromisso, Sr. Presidente. V.Exa. também é Deputado do nosso Estado, o Rio de Janeiro, e está preocupado com esta causa. Também quero colocar a nossa bancada à disposição para colaborar com o Ministério na reconstrução do museu. Nós queremos fazer o máximo possível, juntos, em defesa do museu, que é de todos nós, pelo qual todos nós certamente queremos e vamos lutar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Deputado Alessandro Molon.

Concedo a palavra à Deputada Luiza Erundina, por 5 minutos.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Eu quero cumprimentar e saudar pela iniciativa o Deputado Celso Pansera, que é um Parlamentar ativo, competente, que encaminha iniciativas necessárias em tempos certos, como ele está fazendo aqui em relação a essa questão.



Quero lamentar não ter estado aqui mais cedo, mas eu estava em outra Comissão, que também se acha ameaçada de extinção, que é a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, um *front* de resistência e de luta pelos direitos humanos no País. E, diante do quadro ameaçador que se vislumbra a curto prazo, temos também que montar nossa estratégia de resistência, para ver se evitamos pelo menos perdas totais daquilo que está sob ameaça.

É muito bom que estejamos aqui para estabelecermos também isso que V.Exas. já estão fazendo: estratégias de resistência. Nós estamos no final de uma legislatura. E, no final da legislatura, as coisas mudam, não só a composição das Comissões, mas também a composição do plenário da Casa como um todo. Isso porque é uma outra legislatura, é um outro Governo, que vem com as características que nós já conhecemos e que são características desafiadoras, ameaças que nos deixam muito preocupados e preocupadas com os destinos da própria democracia em nosso País. E mexer com a cultura está na ordem do dia de quem não tem zelo pela democracia e pelas conquistas do povo brasileiro.

E eu estava me perguntando o que daria para nós fazermos antes do final desta legislatura. Pergunto-me também se daria para empurrar os prazos dessas medidas provisórias. Com a aceleração dos processos que vão se dar a partir de agora, querendo eles inclusive garantir a aprovação de certas pautas e de certas agendas antes do final desta legislatura, corre-se o risco inclusive de temas como esse sofrerem uma precipitação e as coisas se darem sem o necessário debate e sem a preocupação e a ação efetiva para evitar que essas coisas aconteçam nos termos em que eles querem fazê-lo.

Seria muito importante que a sociedade civil, representada muito bem pelos senhores nesta audiência pública, pudesse acompanhar a dinâmica de funcionamento das Comissões Especiais que vão apreciar essas medidas provisórias. O debate vai dar-se lá nas Comissões Especiais, com a possibilidade de se fazerem audiências na própria Comissão Especial, com a possibilidade de se encaminharem emendas no sentido de alterar ou evitar alguma coisa que se possa conseguir no curso de tramitação da Comissão Especial.

As pessoas aqui presentes estão comprovadamente empenhadas em evitar que ocorram prejuízos na política cultural de nosso País. É preciso fazer esse trabalho nesse



tempo que falta para o final da legislatura — temos 1 mês e meio, novembro e parte de dezembro — para impedir que essas medidas provisórias inclusive cheguem ao seu termo, cheguem a ser aprovadas. O Deputado Chico Alencar — acho que foi o companheiro Chico — comentou aqui sobre a eficácia que tem uma medida provisória já desde a sua edição. Isso significa que, antes mesmo de sua apreciação pelo Congresso por meio das Comissões Especiais, ela já tem eficácia, já passa a valer, já tem peso de lei.

Então, é preciso acelerarmos essa nossa investida de resistência e de combatividade, inclusive para começarmos a treinar a dinâmica que é preciso imprimir a esse nosso trabalho de resistência. Já vínhamos fazendo isso há muito tempo na Casa, mas agora, com o resultado das eleições, é preciso que nós nos organizemos. Nós queremos preservar a democracia, queremos preservar os direitos sociais e humanos e a cidadania brasileira. Para isso, é preciso que nós nos juntemos, nós nos planejemos, nós nos aliemos e construamos uma força política na sociedade civil, para inclusive criar melhores condições de atuação nossa aqui na Casa.

Não sabemos a nova composição que a Câmara terá. Sabemos em parte, mas evidentemente a correlação de forças continua desfavorável a quem tem zelo pela democracia, a quem valoriza as conquistas do povo brasileiro ao longo dos 30 anos de vigência da nossa Constituição Federal. Ela já completou 30 anos. O AI-5 completa 50 anos daqui a pouco. Enfim, essa é uma conjugação de fatores políticos na qual essa realidade que estamos tratando aqui se situa. E as coisas têm que ser articuladas, pensadas, discutidas e enfrentadas de forma bastante articulada, porque é com força política, não apenas aqui dentro, mas sobretudo lá fora, que vamos conseguir pelo menos diminuir os prejuízos evidentemente. Já ocorreram tantos prejuízos no curso deste Governo ilegítimo que estamos vivendo, que, provavelmente, o desafio vai ser ainda maior daqui para frente.

Então, quero saudar cada um e cada uma, associar-me e colocar meu mandato à disposição. No que eu puder contribuir, seja internamente, seja na luta na sociedade, podem contar com o nosso mandato e com o nosso empenho pessoal.

Parabéns, parceira, pela iniciativa! Estamos juntos nesta, mais uma vez. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, querida Deputada Luiza Erundina.



Queria propor à Mesa a mesma sequência da abertura, por 5 minutos ou 7 minutos, para nós fazermos o encerramento, pode ser?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, fez-se menção a um projeto que atende a demandas.

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Exatamente. Fui eu que falei.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Nós não temos projeto da nossa própria cabeça, da genialidade de nenhum Parlamentar, até porque nenhum é genial.

Só quero informar que este projeto que trata da profissão de restauradores e conservadores foi distribuído para as Comissões de Trabalho e de Constituição e Justiça e de Cidadania, obrigatoriamente, e está parado lá.

Os projetos morrem com os mandatos. Como eu estou encerrando meu mandato aqui, já tenho o compromisso de Parlamentares da nossa bancada, que, felizmente, vão dobrar — não farei a menor falta, portanto —, da Deputada Luiza Erundina e de Deputado Glauber Braga, para falar de dois polos etários valorosíssimos. O projeto vai ser reapresentado, se nós não conseguirmos votá-lo até o fim deste ano. Portanto, ele não vai morrer politicamente com o seu autor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - V.Exa. fará falta, sim. Teve meu voto para Senador, mas infelizmente não foi possível, não é, Chico?

Concedo a palavra ao Alexander Kellner.

O SR. ALEXANDER KELLNER - Novamente, eu gostaria de agradecer a presença de todos e todas que estão aqui hoje. Eu acho que é um momento especial.

Se não me engano, Deputado Celso Pansera, é a primeira vez que nós temos uma audiência pública para discutirmos o Museu Nacional.

É bom sempre lembrar que o planejamento era outro. O que nós queríamos era falar sobre comemoração e expansão, e não sobre o que ocorreu. O que nós tínhamos em vista — não é, Deputado Celso Pansera? —, quando estávamos discutindo, juntamente com vários colegas e várias pessoas aqui, era falar sobre o que nós gostaríamos de fazer para o Museu Nacional.

Dentro deste contexto, eu também queria rapidamente fazer um agradecimento. Eu acabei não mencionando, pelo menos não da forma adequada, a Secretaria do Patrimônio da União, tampouco vários Deputados, colegas e técnicos de diferentes



instituições. A SPU foi extremamente solidária neste momento por que passa o Museu Nacional. Eu gostaria que isso ficasse registrado aqui.

Rapidamente, vou responder a uma pergunta que foi colocada pela colega Gilsy, especialista em conservação. Gilsy, vou direto ao assunto: faltava muita coisa no Museu Nacional — faltava muita coisa. Porém, nós temos até um laboratório de conservação, graças a um projeto que foi iniciado por um colega meu quando era diretor. Ele conseguiu trazer a Vitae de volta ao Museu Nacional. Fez justamente essa atividade relativa à conservação.

Com relação ao incêndio, nós tínhamos todo o básico que se possa imaginar. Nós tínhamos extintor de incêndio, não havia fio desencapado. Vocês leram algo nesse sentido, mais isso não corresponde à realidade.

Eu preciso dizer uma coisa que até parece um pouco anacrônica, mas o fato é que, comparado a outras instituições, o Museu Nacional não estava tão ruim. Não havia perigo imediato de incêndio no Museu Nacional. Isto é o que dói mais: não havia esse perigo. Mudanças haviam sido feitas, mas nós tínhamos alguns dispositivos, nós tínhamos algumas medidas.

Para vocês terem uma ideia, logo que nós assumimos, em fevereiro deste ano, em março nós já tivemos um curso de prevenção de incêndio, sobre as primeiras medidas de prevenção de incêndio. Foi um curso, até onde eu entendo, único — com certeza o foi no museu e, talvez, até em outras instituições universitárias.

Nós conseguimos formar nada mais nada menos do que 94 pessoas para estarem habilitadas a uma primeira linha. Eles não eram brigadistas, mas eram uma primeira linha a entender e a avaliar o risco que estava ocorrendo.

Nós fizemos isso muito como função educativa, até para vermos o que se pode evitar. Às vezes, você pode evitar atitudes, quando é alertado, por uma questão de segurança, e deixar de fazer certas coisas.

Dentro deste contexto, nós tínhamos a convicção de que faltava um projeto que pudesse, sim, adequar um imóvel que é tombado — não se pode fazer qualquer coisa —, com uma diversidade tremenda de acervo, para o caso de um eventual risco de incêndio. Isso é verdade. Nós não tínhamos isso e nós sabíamos disso. E, justamente por isso, nós colocávamos tanto esforço em cima do projeto do BNDES, que previa isso. Não era apenas um projeto, mas também a execução desse projeto. Isso é um mérito tremendo.



Eu gostaria de fazer justiça, pois é um mérito tremendo da minha antecessora, a Profa. Claudia Rodrigues, que batalhou muito para que esse projeto se tornasse realidade.

Não preciso dizer que, logo que assumi, incomodei muito quem eu podia para que nós finalmente assinássemos logo esse projeto. O Prof. Roberto Leher sabe disso. Mas não era preciso incomodá-lo muito, não; era só falar no BNDES. E a primeira pessoa que procurou resolver isso foi justamente o Reitor da UFRJ, porque ele tinha consciência da necessidade disso para o Museu Nacional. Apenas vou dizer que nós tínhamos essa consciência da falta de dispositivos para que, se acontecesse alguma coisa, pudéssemos evitar o pior. Eu poderia falar mais e mais ainda sobre o que aconteceu. Eu mesmo estive lá naquela noite fatídica.

Antes de encerrar, eu gostaria de saudar as diferentes falas e de enfatizar rapidamente o que disse a colega Fernanda Sobral, da SBPC. Pelo amor de Deus, vamos tentar diminuir a burocracia! Eu acho que esse é um ponto importante. É isso que atrasa projeto, é isso que atrasa execuções. Vamos tentar, dentro de uma razoabilidade, eliminar ou diminuir o máximo possível a burocracia.

Novamente agradecemos muito a presença de todos vocês, em especial a presença da bancada do Rio de Janeiro, deixando claro que outros podem contribuir.

Meninas do museu, não esqueçam a nossa querida Deputada Luiza Erundina, que já se colocou à disposição. Vamos mostrar alguns projetos bacanas! E o Deputado Alessandro Molon falou muito bem sobre a necessidade de recomposição da estrutura da pesquisa da instituição.

Quero deixar claro que nós precisamos, enquanto País, dar uma resposta rápida não só para a nossa sociedade, mas também para a de outros países. Temos que iniciar o mais rápido possível a reconstrução do Museu Nacional, para que as crianças órfãs de museus, do nosso museu em especial, possam voltar a frequentar o Museu Nacional o quanto antes.

Novamente, muito obrigado pela presença de todos e pelo apoio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Sr. Alexander Kellner.

Agora falará o Sr. Isaac Roitman, pela Academia Brasileira de Ciências.

O SR. ISAAC ROITMAN - Bem, eu queria reiterar que a Academia Brasileira de Ciências está de plantão. E creio que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência



também está. Temos trabalhado juntos no sentido de defender essa recuperação do Museu Nacional e de evitar retrocessos no sistema de ciência, tecnologia e inovação.

Eu gostaria que pudéssemos celebrar a conclusão das várias fases relatadas pelo Diretor do Museu Nacional, Sr. Alexander Kellner — Fase 1, 2, 3 e 4 — e que pudéssemos celebrar rapidamente a conquista dessas fases de recuperação do museu.

O Prof. Luiz Fernando Duarte revisitou quase 200 anos do Museu Nacional. Eu gostaria que, daqui a 100 anos, um antropólogo do Museu Nacional viesse ao Parlamento e dissesse que essa recuperação foi suplantada da melhor maneira possível. Espero também que tenhamos logo a superação dessa tragédia do dia 2 de setembro.

Fiquei muito contente em ver que a Ministra Interina Cláudia Pedrozo colocou à disposição o Ministério da Cultura para apoiar nessa recuperação do nosso Museu Nacional.

Finalmente, gostaria de dizer ao Reitor Roberto Leher que resista, como disse a Deputada Luiza Erundina, a essa intenção de enfraquecimento das universidades públicas e, eu diria, da educação pública brasileira. Olhando aqui a fotografia de Florestan Fernandes, lembrei-me de Darcy Ribeiro não sei por quê. Ele dizia que a crise da educação brasileira não é uma crise, é um projeto. E é importante que nós lutemos contra esse projeto e tenhamos, no futuro, uma perspectiva melhor para um Brasil melhor, tendo uma educação pública de qualidade, como preconizava Anísio Teixeira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Prof. Isaac Roitman.

Com a palavra o Reitor da UFRJ, Sr. Roberto Leher.

O SR. ROBERTO LEHER - Nós tivemos uma reunião extremamente importante para o País. Tratamos do Museu Nacional, mas, na realidade, nós pensamos questões relacionadas à ciência, à cultura e, particularmente, interpelamos problemas estruturais que contextualizam o incêndio que houve no Museu Nacional, uma instituição que está relacionada à nossa perspectiva de tempo mais profunda.

No Museu Nacional, nós temos os registros da evolução, num contexto em que se fala de criacionismo nas escolas. No Museu Nacional, nós temos a memória dos povos indígenas. No Museu Nacional, nós temos os registros paleontológicos, a arqueologia e todo um conjunto de conhecimentos que são preciosos para um projeto de Nação.



E faço minhas as palavras e as preocupações dos restauradores, profissionais que têm conhecimento, que se dedicam completamente a essas atividades, de maneira concentrada. Essas pessoas qualificadas precisam ter o reconhecimento dessa carreira específica. (*Palmas.*)

Também gostaria de destacar a importância de pensarmos nas políticas públicas. Chamei a atenção para a situação de invisibilidade das nossas edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN. Nós reivindicamos o IPHAN como um patrimônio do povo brasileiro. Ele é parceiro da UFRJ, da cultura, mas não tem nenhuma rubrica orçamentária. E todo o esforço que as comunidades acadêmicas e culturais vêm fazendo, no sentido de captação de projetos — nós podemos aperfeiçoar isso ao infinito —, não pode eclipsar a necessidade de termos políticas públicas. Essas estruturas são a alma da Nação, e nós precisamos dessas estruturas públicas.

A Medida Provisória nº 850, de 2018, parece-me, foi elaborada num contexto de muito ativismo de elaborações sem que houvesse uma reflexão mais profunda. Nós não podemos ter políticas públicas em zigue-zague — ora aqui, ora ali —, porque isso desconstrói o que nós logramos com muito esforço construir. A reconstrução do museu deve contar com a parceria do Ministério. Mas o texto da medida provisória atribui a uma agência a reconstrução do museu. Conforme destacou o Sr. Deputado Chico, o museu não foi desconstruído, não foi destruído. Nossos estudantes estão sofrendo, os professores estão tristes, mas estão trabalhando de maneira intensa todos os dias. O museu vive!

É importante destacar que a forma como ela está elaborada desconsidera o esforço enorme que o Ministério da Educação vem fazendo em relação à reconstrução do Museu Nacional. O Ministério da Educação tem trabalhado lado a lado com a UFRJ para criarmos as melhores condições. Então, o art. 22 é uma redação que fecha o texto. Isso, além de afrontar a autonomia universitária, ainda que não tenha sido a intenção, coloca questões de maior alcance, como é o caso, por exemplo, do Instituto Brasileiro de Museus. Nós sabemos que, no caso do Museu Nacional, o IBRAM é parte constitutiva de uma concepção de patrimônio e de perspectiva museal para o nosso País, e por isso entendemos a sua importância. (*Palmas.*)



Finalmente, eu gostaria de destacar a última questão, que, a nosso ver, é muito importante para o Museu Nacional. O museu é um precioso patrimônio público que requer inserta rubrica orçamentária, tal como os demais prédios tombados que pertencem às universidades federais. Só na UFRJ, nós temos 11 prédios tombados. Isso não pode permanecer no eclipse. Para nós encaminharmos e solucionarmos esses temas, entendemos que seria muito importante haver, se possível ainda nesta legislatura, uma reunião de trabalho com estas três Comissões — de Educação, de Ciência e Tecnologia e de Cultura — para pensarmos em como entrar no debate agora, ainda por ocasião da Lei Orçamentária Anual, porque está no momento ainda de debate da LOA, em relação à organização da técnica orçamentária, para que possamos incluir as nossas instituições museais e os prédios tombados, que estão na estrutura de um preciosíssimo patrimônio público tão importante para a nossa história, para a nossa memória coletiva e para o nosso patrimônio cultural, artístico, científico, que deve ser preservado e ampliado para estimular a imaginação inventiva, usando a expressão de Florestan Fernandes, de todo o povo, particularmente dos deserdados e dos que vivem do próprio trabalho em condições tão ásperas de vida. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Reitor.

Com a palavra o Sr. Luiz Fernando Duarte, professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional.

O SR. LUIZ FERNANDO DUARTE - As manifestações todas, tanto dos Parlamentares quanto das perguntas que foram encaminhadas à Mesa, foram muito estimulantes, mas eu vou pegar dois pontos específicos. Um foi a fala do Deputado Alessandro Molon a respeito da política de Estado e da reação em relação a por que isso ocorreu.

Hoje é o momento em que nós estamos aqui apresentando a nossa esperança: O Museu Nacional vive! Estamos contando com esse apoio coletivo do Parlamento. Mas, sem dúvida alguma, em algum momento, eu vou escrever o livro negro disso, do porquê isso ocorreu.

Quando vejo as iniciativas da Polícia Federal lá, enfronhada nas ruínas do palácio, tentando descobrir qual foi a causa específica, onde foi que o curto-circuito se deu, isso me parece tão pequeno, comparado à apuração das responsabilidades públicas em relação a por que aquilo efetivamente ocorreu. *(Palmas.)*



Nós temos uma memória dolorosa de momentos em que poderíamos ter dado o salto. A questão da obtenção de espaços alternativos era crucial para o museu. E foi nisso que nós nunca conseguimos apoio. Quando foram sucessivamente fechados quatro ou cinco quartéis do Exército no Bairro de São Cristóvão, em cada um deles tentamos obter espaço, mas não conseguimos. Quando houve recursos da PETROBRAS para investir na aquisição de outro prédio, que chegou a ser examinado com muita especificidade, uma funcionária de terceiro escalão da empresa declarou que não poderíamos comprar aquele prédio porque não havia garantias do Governo Federal de que os Ministérios concernidos apresentariam a contrapartida que a PETROBRAS exigia. Com isso, perdemos essa possibilidade. Quando fizemos, já foi mencionado aqui, e conseguimos a aprovação de uma emenda de bancada de 20 milhões de reais, em 2013, em 2014, não recebemos 1 centavo. De quem foi a responsabilidade? Esse é o livro negro que em algum momento poderá ser escrito em relação ao incêndio, em relação à tragédia do Museu Nacional.

Mas não é nesse ponto que eu gostaria de terminar a minha fala, com esse aspecto negro, mas de comentar que, efetivamente, a medida provisória que transforma o IBRAM em ABRAM — Agência Brasileira de Museus nos afetou de maneira muito direta, em primeiro lugar, porque faz parte do pacote do BNDES, cujos recursos vão ser aprovados agora — a constituição de um fundo patrimonial específico voltado para o museu, através da Associação Amigos do Museu Nacional. A instabilidade decorrente dessa situação, de uma medida provisória que deverá ainda ser examinada pelo Congresso para eventualmente surtir efeitos ou não, não se sabe qual é o resultado e nos deixa bastante inseguros quanto ao modo de constituição desse fundo patrimonial, que, no entanto, é essencial para a preservação da casa para as próximas décadas.

Finalmente, sem dúvida alguma, faço o registro quase sentimental da relação excelente que sempre tivemos com o IBRAM. Na comemoração dos 200 anos, nesse dia 6 de junho, a mais alta autoridade da República presente era o Presidente do IBRAM. *(Palmas.)*

Como última palavra, Florestan Fernandes, citado tantas vezes por estar aqui iluminando esta sala, teve uma relação um tanto indireta, mas presente, com o Museu Nacional, porque foi orientador de tese de Roberto Cardoso de Oliveira, um dos fundadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu.



Viva Florestan Fernandes! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Professor Luiz Fernando Duarte.

Por fim, concedo a palavra à Ministra Interina do Ministério da Cultura, Sra. Cláudia Pedrozo.

A SRA. MINISTRA CLÁUDIA PEDROZO - Olá.

Eu retomo aqui a nossa contextualização levando o muito bom humor do Deputado Chico Alencar e a fé, a esperança e o comportamento positivo da Deputada Raquel Muniz, mas sobretudo respondendo rapidamente a alguns pontos essenciais.

Não obstante nós não termos tido tempo suficiente para discutir as questões da medida nesta audiência, algumas falas aqui já nos indicam qual seria a sua necessidade de urgência. Há uma questão de solução de burocracia, há um clamor por uma resposta rápida, há uma comoção social que não passou. A comoção social não passou, pois 95% da população apoia uma medida rápida, ostensiva com relação a nossa atitude. (*Manifestação na plateia: Mentira! Mentira!*)

Então, nós temos que tratar, do ponto de vista de Governo, de olhar para o problema e criar a solução. Nós temos um problema muito difícil de superar, que é a barreira orçamentária, tão comentada aqui. Por mais que, por generosidade, compreensão e comoção, os Parlamentares nos apoiem através de emendas, elas não são em valores suficientes para nós requalificarmos, preservarmos e cuidarmos da prevenção de toda a rede de museus e também não são suficientes para cuidarmos da reconstrução do Museu Nacional. As emendas são necessárias e formam uma composição orçamentária. Somos extremamente gratos por elas. Eu sou grata em nome do Ministério da Educação, porque, neste caso, o Ministério da Cultura não é a instituição responsável pelo Museu Nacional. Todas essas iniciativas são muitíssimo bem-vindas, mas não formam uma composição orçamentária suficiente para que possamos cuidar de todo o passivo histórico da não preservação ou da não disponibilização de recursos para as ações de preservação.

Com isso, uma nova concepção jurídica nos favoreceria a constituir um fundo e a obter receitas, tanto próprias quanto de terceiros, para que não sejam subordinadas ao Orçamento Geral da União e, portanto, possam ser ampliadas, dilatadas, sem as limitações da Emenda Constitucional nº 95, de 2016.



Eu me valho das palavras ditas aqui mesmo, nesta Casa, referentes à resposta rápida, à desburocratização, à necessidade de apoio, de aliança e de solidariedade nesse processo do olhar para frente, do aprendizado com relação ao que aconteceu e como nós vamos nos organizar para que não aconteça novamente no restante das nossas redes de museus de preservação dos nossos bens e ativos culturais. Eu proponho inclusive que a Medida Provisória nº 850, de 2018, tenha um fórum de debate específico. Toda medida provisória vem com a característica de urgência. Obviamente, nós atendemos a uma tragédia. Então, não havia outro mecanismo a não ser esse, que é absolutamente adequado ao momento, à urgência. E o debate pode ser feito daqui em diante, até a conversão.

Comentar mais delongadamente sobre a MP 850/18 neste momento, no final de uma audiência pública que tem outra pauta, não seria absolutamente adequado. Eu proponho que esse debate tenha uma pauta específica e receba uma atenção minuciosa, porque existem muitos pontos, muitos detalhes. A leitura da MP talvez não tenha sido tão atenta a ponto de se perceber que não existem essas distorções. Por exemplo, em relação à autonomia universitária, esclareço que o fundo previsto na MP 850/18 é de apoio.

Não existe interferência nenhuma nele, nem poderia existir, muito menos do MINC, que não é sequer parte nisso. Não existe nenhuma interferência na rotina, na administração, na gestão. É um fundo de apoio que visa ajudar num momento crítico.

É só isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Eu queria agradecer à Ministra Cláudia Pedrozo a presença e as palavras e também a todos os palestrantes. Esta foi uma boa oportunidade.

Desde já, quero convidá-los para, no dia 7, debatermos o orçamento na Comissão de Ciência e Tecnologia. Vamos tentar fazer uma reunião conjunta com a Comissão de Educação, se conseguirmos aprovar o requerimento amanhã.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco todos os Parlamentares para a reunião deliberativa ordinária a ser realizada amanhã, dia 31 de outubro, às 10 horas, neste plenário, para tratar dos itens da pauta.

Está encerrada a reunião.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 52

CE (53847ª Reunião, Audiência Pública)

30/10/2018

Muito obrigado a todos e a todas. *(Palmas.)*